

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 06/2025

Sessão Ordinária Realizada no dia 19 de dezembro de 2025

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Mendes Lopes.

Substituições

Daniel António Filipe Robalo (*substituído por José Joaquim Amaral Marques*); Junta de Freguesia de Bismula (*representada pelo secretário: Miguel João dos Santos Tomé*); Junta de Freguesia de Sortelha (*representada pela secretária: Fernanda Manuela Matos Esteves*); União de Freguesias de Santo Estevão e Moita (*representada pela secretária: Clementina da Silva Caramona*)

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão Ordinária realizada no dia 05-09-2025 e da ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 21-11-2025

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar**:

- **A ata da sessão ordinária realizada no dia 05-09-2025.** Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

- **A ata da sessão extraordinária realizada no dia 21-11-2025.** Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 2 - Expediente

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que:

- Deram entrada dois pedidos de substituição, os quais serão devidamente averbados nos termos regimentais.

Aproveitou para recordar que foi disponibilizado, através da plataforma Teams, um esclarecimento relativo ao regime de faltas, substituições e respetiva justificação, solicitando a todos os membros da Assembleia especial atenção a esta matéria.

Salientou que, sempre que um membro não possa comparecer por motivo atendível, poderá fazer-se substituir e, não sendo possível a substituição, deverá proceder à justificação da falta no prazo legalmente previsto de cinco dias úteis. Decorrido esse prazo, a Mesa fica impossibilitada de aceitar qualquer justificação, tendo, nos termos da lei, de comunicar as faltas injustificadas ao Ministério Público.

O Senhor Presidente advertiu ainda que a lei prevê a possibilidade de perda de mandato quando, sem motivo justificado, um membro falte a três sessões consecutivas ou a seis interpoladas, tratando-se de uma situação que importa prevenir e evitar.

- Mais informou que foi verificada e assinada a ata de tomada de posse, a qual, nos termos regimentais, não é sujeita a votação, tendo sido disponibilizada aos membros da Assembleia para conhecimento.

Seguidamente, deu conta de que seriam apreciados três assuntos:

1. **Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal**, cujo teor consta no Anexo 1 e que versa sobre a possibilidade de os grupos municipais constituídos por presidentes de junta eleitos em listas de grupos de cidadãos eleitores procederem ao agendamento de assuntos na Ordem do Dia, tendo a Mesa ficado de apresentar a proposta

de alteração à alínea b) do artigo 43.º do regimento. Colocada a proposta à discussão, intervieram.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, que manifestou concordância com a alteração apresentada, reiterando posição já expressa na sessão anterior, no sentido de reconhecer ao grupo municipal constituído por presidentes de junta eleitos em listas de grupos de cidadãos eleitores o direito de agendamento de assuntos na ordem do dia.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, confirmou a concordância anteriormente manifestada.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata, manifestou concordância.

Pelo Grupo Municipal dos Partido Chega

O Sr. Saúl Ribeiro declarou concordar com a proposta, salientando que o Partido Chega não pretende ser antidemocrata, não negando a palavra a grupos de cidadãos eleitores.

Pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Eleitores

A Sr.ª Presidente da União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba, Ana Pires, afirmou concordar e agradeceu pela confiança.

Antes da votação, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a alteração incide sobre a alínea b) do artigo 43.º do Regimento, passando a prever que cada grupo municipal possa agendar anualmente assuntos na ordem do dia em número proporcional à sua representação, nos termos do anexo relativo à distribuição dos tempos de intervenção. Informou ainda que, em função da representação atual, o grupo de cidadãos eleitores, o Chega e a CDU passam a dispor de um agendamento anual, o Partido Socialista de dois e o Partido Social Democrata de quatro, até ao limite máximo de nove.

Esclareceu igualmente que a designação correta é “grupo de cidadãos eleitores”, não existindo enquadramento legal para a designação de “independentes”, tendo sido o Regimento ajustado em conformidade.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de alteração à alínea b) do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar a alteração da alínea b) do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal**, que passa a ter a seguinte redação:

Cada Grupo Municipal tem direito a agendar anualmente assuntos na ordem do dia, em número correspondente à proporção da sua representação na Assembleia, nos termos do anexo ao Regimento sobre a distribuição dos tempos de intervenção de cada grupo, o qual será atualizado no início de cada mandato”

2. Eleição indireta para o Presidente da CCDRC, que decorrerá no dia 12 de janeiro do corrente ano. Esclareceu que se trata de uma eleição a realizar por sufrágio dos membros das Assembleias Municipais, incluindo os Presidentes de Junta de Freguesia, bem como dos membros dos Executivos Municipais, os quais integram o respetivo colégio eleitoral.

Informou que o ato eleitoral decorrerá simultaneamente em todo o país, no dia 12 de janeiro, entre as 16h00 e as 20h00, competindo às Assembleias Municipais assegurar a organização logística do processo eleitoral, nos termos do regulamento aplicável, ainda que com apoio da Direção-Geral das Autarquias Locais

Para o efeito, iria convocar uma Assembleia Municipal extraordinária, com ponto único: Eleição do Presidente da CCDR Centro, a qual seria formalmente remetida aos membros, ficando desde já prestada a devida informação prévia.

3. Voto de Saudação pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975 apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Chega, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros, e cujo teor consta do Anexo 2.

De seguida, foi concedida a palavra ao Grupo Municipal do Partido Chega, enquanto proponente:

A Sr.^a Marisa Igreja, em representação do Partido proponente apresentou sinteticamente os fundamentos do voto, referindo que se tratava de uma iniciativa destinada a assinalar a relevância histórica dos 50 anos do 25 de novembro de 1975 para a consolidação da democracia em Portugal, num período de grande instabilidade política, social e militar. Explicou que o 25 de novembro garantiu a continuidade do caminho iniciado no 25 de abril, reforçando o Estado de Direito, as estabilidades das instituições e os valores da liberdade e do pluralismo.

De seguida, intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, cujo teor consta do Anexo 3, manifestou discordância relativamente aos termos e enquadramento do voto apresentado, não obstante, contudo, à celebração institucional da data.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, cujo teor consta do Anexo 4, reafirmou o entendimento histórico do Partido Socialista relativamente aos acontecimentos de 25 de novembro de 1975, manifestando discordância quanto à formulação e enquadramento político do voto apresentado.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que o coronel Sousa e Castro, antigo capitão e homem ligado ao documento dos Nove, é também conhecido pelo seu papel no 25 de Abril e no 25 de novembro. Afirmou a ideia de que o 25 de novembro seria um grande embuste histórico, considerando que, na realidade, se tratou apenas de um desentendimento entre militares.

Pelo Grupo Municipal do Chega

A Sr.^a Marisa Igreja, referiu que, na Constituição da República Portuguesa, não existem partidos de extrema e que a liberdade de expressão deve ser respeitada por todos. Acrescentou que nunca colocaram em causa o 25 de Abril e que esta data continua a garantir a continuidade do caminho democrático, o reforço do Estado de Direito, a estabilidade das instituições e os valores da liberdade e do pluralismo. Concluiu pedindo que, no mesmo espírito, fosse considerado o 25 de novembro, agradecendo a atenção e consideração da Assembleia.

Findas as intervenções, o **Voto de Saudação** foi submetido a votação, tendo sido **rejeitado, por maioria**, com 5 votos a favor, 5 abstenções e 50 votos contra.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Germano Fernandes, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 5.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 6.

A Sr.^a Elisabete Robalo, questionou sobre o ponto de situação das verbas de compensação destinadas aos agricultores do concelho afetados pelos incêndios ocorridos no último verão.

A Sr.^a Lénia Diogo, perguntou como estava a decorrer o evento natalício *Sabugal Presépio* e quais as reações ou opiniões já recebidas pelo Município de cidadãos, turistas e demais visitantes que vinham com o objetivo de surpreender os sentidos.

O Sr. Francisco Carvalho, destacou a importância de relembrar realizações positivas no município, mencionando que nem tudo se deve olhar pelo lado negativo.

Referiu, especificamente, o facto da USF, ter iniciado funções a 15 de outubro, contando atualmente com três clínicos, três enfermeiras e dois secretários. Salientou que esta unidade se soma à resposta já existente no município com a UCSP e o Serviço de Atendimento Complementar, permitindo afirmar que, atualmente, todos os sabugalenses possuem médico de família.

De seguida, solicitou à Sra. Vice-Presidente informações sobre a sua experiência no Congresso Português de Geriatria e Gerontologia, realizado em novembro.

Por fim, afirmou que é positivo que o município tenha voz em órgãos nacionais de referência, como o congresso mencionado, reforçando a aposta do Executivo nesta área.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. César Cruz, destacou o sucesso do Sabugal Presépio, considerando que a iniciativa segue no bom caminho. Agradeceu ainda aos funcionários do município que contribuíram para o seu bom desenlace.

Sugeriu que as sessões da Assembleia fossem transmitidas online, lembrando que o artigo 54.º já prevê a possibilidade de sessões online. Observou que, como pelo menos duas sessões já foram realizadas online, presume-se que os requisitos técnicos e logísticos se encontram cumpridos, faltando apenas a aprovação do regulamento.

Por fim, colocou uma questão ao Sr. Presidente do Município sobre a disponibilidade de médicos no Centro de Saúde, expressando preocupação em garantir que não haja situações em que os cidadãos encontrem o serviço indisponível sem aviso prévio.

A Sr.^a Marisa Martins procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 7.

Pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Eleitores

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Soito, Tiago Nabais, começou por felicitar o Município pela iniciativa do “*Sabugal Presépio*”, considerando que, mais uma vez, o evento se encontra excelente. De seguida, apresentou duas preocupações relativas à Freguesia do Soito:

A primeira respeita à obra da variante Ozendo–Soito, referindo que a mesma se encontra parada, sem que tenha sido prestada explicação à Junta de Freguesia. Acrescentou ter tido conhecimento de que, em reunião de Câmara, teria sido apresentado um pedido de suspensão da obra, o qual foi indeferido. Questionou, assim, sobre o ponto de situação da obra.

Referiu ainda que a entrada do Soito se encontra em muito mau estado, com buracos e valas abertas, agravando-se a situação com a chuva, o que, no seu entender, coloca em causa a segurança rodoviária.

A segunda preocupação prende-se com a estrada que liga o Soito aos Foios, a qual apresenta igualmente diversos buracos, tratando-se de uma via bastante movimentada.

Por último, recordou que foi aprovado o reconhecimento de interesse municipal para a remodelação do parque eólico naquela zona. Antecipando que a execução dessa obra poderá agravar significativamente o seu estado, sugeriu que o Município pudesse, junto da empresa promotora, diligenciar no sentido de apoiar a requalificação do piso daquela via.

Concluiu manifestando a disponibilidade da Junta de Freguesia do Soito para colaborar na procura de soluções que salvaguardem a segurança e os interesses da população.

Pelo Grupo Municipal do Partido Chega

O Sr. Nuno Simões de Melo, começou por apresentar desculpas pelo seu atraso, acrescentando que, por impossibilidade física, não lhe foi possível estar simultaneamente na Assembleia da República e na Assembleia Municipal.

De seguida, referiu que todas as iniciativas que contribuam para promover o concelho do Sabugal são sempre valorizadas pelo Grupo Municipal do Partido Chega. Nesse sentido, associou-se às palavras proferidas pelo membro da Assembleia Municipal Tiago Nabais, saudando a iniciativa do Presépio, que considerou começar a afirmar-se como um ex-líbris do concelho. Todavia, observou que a iniciativa carece ainda de maior projeção nacional, referindo que, em Lisboa, não existe referência significativa ao presépio do Sabugal, sugerindo que possam ser equacionadas medidas adicionais de divulgação.

Por fim, aproveitou para reforçar as palavras do representante do Partido Socialista relativamente à transmissão online das sessões da Assembleia Municipal. Afirmou estar convicto de que todos os membros, independentemente do partido ou das funções exercidas, pretendem assegurar a transparência dos seus atos perante os sabugalenses. Considerou que a transmissão online das sessões, quando legalmente enquadrada e devidamente regulamentada, constitui um dos meios mais eficazes para garantir essa transparência,

permitindo que as reuniões fiquem gravadas e acessíveis em plataforma digital. Nesse sentido, deixou o repto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara para que sejam encontradas soluções técnicas que permitam a transmissão online das sessões.

Grupo Municipal da CDU:

O Sr. João Manata, começou por se congratular pelo Sabugal Presépio, felicitando a Câmara Municipal pelo sucesso da iniciativa. De seguida, referiu ter presenciado, na Rua das Tílias, uma situação em que uma munícipe se viu obrigada a satisfazer necessidades fisiológicas na via pública, considerando que tal decorre da falta de instalações sanitárias públicas, defendendo a sua reconstrução, atendendo a que o edifício ainda existe e que se trata de uma necessidade evidente.

Abordou também o estado das obras na Rua 5 de Outubro, no Largo da Fonte e no passeio fluvial, alertando para a degradação dos pavimentos e para a necessidade de acionar a responsabilidade dos empreiteiros antes do termo do prazo de garantia.

Por fim, questionou o Executivo sobre o ponto de situação do edifício conhecido como “*casa cor-de-rosa*”, considerando que o estado atual do imóvel prejudicava a imagem da zona histórica.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à intervenção do Dr. Germano Fernandes, referiu que a mesma não foi propriamente dirigida ao Presidente da Câmara, mas antes uma explanação sobre o que ocorreu no Congresso das Assembleias Municipais.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, Carlos Borregana, acerca do Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde foi eleito o novo Presidente e respetivos Vice-Presidentes da ANMP, referiu que existe a expectativa generalizada de que venha a ser aprovada uma nova Lei das Finanças Locais que reforce a autonomia financeira do poder local. Salientou ainda a preocupação relativamente às delegações de competências, que continuarão a aumentar.

Esclareceu que, aquando da aceitação das competências na área da educação, foi criada uma comissão interministerial para monitorizar a execução e avaliar a suficiência do envelope financeiro atribuído, comissão essa que nunca chegou a reunir. Referiu que, no caso do

Município do Sabugal, existia atualmente um défice na ordem dos 400 mil euros na área da educação, valor que ainda não fora ressarcido, aguardando que esta situação venha a ser corrigida.

Em resposta à Sr.^a Elisabete Robalo, relativamente à questão das verbas decorrentes dos incêndios ocorridos no passado mês de agosto, informou que arderam 20.415 hectares no concelho do Sabugal, dos quais cerca de 3.000 hectares em Rede Natura, 2.943 em Reserva Agrícola e 4.924 em Reserva Ecológica. Indicou que foram aprovadas várias candidaturas no âmbito do Fundo Ambiental e do ICNF, nomeadamente: uma de 40 mil euros para limpeza de linhas de água; outra de 340 mil euros para recuperação de acessos florestais e intervenções urgentes; uma candidatura adicional de 532.500 euros para reforço das intervenções; e ainda uma candidatura de 3,4 milhões de euros para a rede viária e infraestruturas municipais. Informou que o Município tem atualmente cerca de 4,5 milhões de euros para gerir no âmbito destas medidas.

Quanto aos particulares, referiu que foram submetidas 332 candidaturas, das quais 108 já se encontram aprovadas e pagas, num montante de 974 mil euros. Acrescentou que 164 candidaturas se encontravam em fase de vistoria, prevendo-se que o montante global de apoio possa ascender a cerca de 4 milhões de euros, valor que será injetado na economia local para fazer face aos prejuízos dos particulares.

Em resposta à questão colocada pela Sr.^a Lénia Diogo, no que respeita ao Presépio Natural, referiu tratar-se de um evento consolidado, cuja temática deste ano incidira sobre os incêndios, com uma mensagem de sensibilização ambiental. Informou que estiveram presentes as três cadeias de televisão nacionais, bem como meios regionais. Recordou que, no ano anterior, o evento registou cerca de 35 mil visitantes e que, à data, se contabilizavam cerca de 10.500 visitantes, salientando que se pretendia manter o evento numa dimensão equilibrada, compatível com a capacidade de acolhimento do concelho.

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar, abordada na intervenção do Sr. Francisco Carvalho, informou que o Município tivera um papel ativo na fixação de três médicos, encontrando-se prevista a chegada de um quarto profissional. Reconheceu que a fase de adaptação poderia gerar alguns constrangimentos organizativos, mas afirmou que, atualmente, todos os sabugalenses tinham médico de família.

Quanto à participação no Congresso de Geriatria e Gerontologia, foi concedida a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, a qual esclareceu que o convite surgiu na sequência de uma sessão de trabalho realizada no Sabugal, tendo sido apresentadas as boas práticas do Município sob o lema “Cidades para Todas as Gerações”, nomeadamente nas áreas da

acessibilidade, mobilidade, cultura, desporto, Universidade Sénior e projetos de envelhecimento ativo.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PS:

No que se refere à intervenção do Sr. César Cruz, o Sr. Presidente da Câmara informou que já havia respondido à questão do Presépio Natural na sequência da intervenção da Sr.^a Lénia. Quanto à transmissão online das sessões, esclareceu que se tratava de matéria da competência do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente ao Centro de Saúde, referiu que a resposta já havia sido prestada aquando da intervenção do Sr. Francisco Carvalho.

No que respeita à requalificação da escola, objeto da intervenção da Sr.^a Marisa Martins, esclareceu que a candidatura seria apresentada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com financiamento através de mecanismo financeiro associado ao Banco Europeu de Investimento (BEI), encontrando-se o projeto em fase avançada e a aguardar parecer da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para efeitos de submissão.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Eleitores:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Soito, Tiago Nabais, no que respeita à variante Ozendo–Soito, informou que o empreiteiro solicitou a suspensão da obra alegando condições climáticas adversas, pedido que não foi aceite pelo Município. Indicou que a obra se encontrava temporariamente parada, existindo indicação de que os trabalhos serão retomados com intensidade a partir do dia 5 de janeiro, podendo ser equacionada eventual prorrogação graciosa de prazo, nos termos legais, estando prevista a sua conclusão na primavera.

Quanto ao caminho agrícola Soito–Foios, referiu que se trata de um caminho originalmente executado no âmbito de compensações associadas a parques eólicos, reconhecendo que não foi concebido com a sustentabilidade necessária. Informou que já tinha sido efetuado levantamento técnico da situação para futura imputação de responsabilidades à empresa, podendo igualmente ser negociada contrapartida para melhoria da via.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do Chega:

Relativamente à intervenção do Sr. Nuno Simões de Melo, o Senhor Presidente da Câmara, quanto às referências efetuadas à divulgação do Presépio Natural, afirmou ter entendimento diverso quanto à sua projeção, considerando que o evento tem sido amplamente divulgado,

designadamente junto da diáspora sabugalense em Lisboa, a qual contribui para a sua promoção. Salientou, contudo, que o Presépio não deverá assumir uma dimensão excessiva, sob pena de perder identidade e qualidade, referindo que o número de visitantes registado, cerca de 35 mil no ano anterior, já representava uma afluência muito significativa e compatível com a capacidade de acolhimento do concelho.

Relativamente à questão da transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, reiterou que tal matéria não se insere nas competências do Presidente da Câmara, mas sim do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem caberia apreciar e decidir sobre essa possibilidade.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Acerca da intervenção do Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara, reconheceu que alguns materiais aplicados em determinadas obras não terão sido os mais adequados e que as situações identificadas seriam corrigidas antes da receção definitiva das empreitadas. Evidenciou, contudo, a necessidade de maior cuidado por parte dos utilizadores dos espaços públicos, nomeadamente no estacionamento indevido.

No que respeita às instalações sanitárias, referiu existirem sanitários públicos na zona inferior, admitindo, ainda assim, que a situação possa ser reavaliada.

Por fim, quanto ao edifício conhecido como “casa cor-de-rosa”, esclareceu que existia projeto aprovado para o local, no âmbito do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana, estando prevista a sua transformação na futura “Casa das Artes e Ofícios”.

Intervieram novamente os grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Germano Fernandes, na sua intervenção procedeu à leitura de documento, cujo teor consta do anexo 8.

Grupo Municipal do PS

A Sr.^a Marisa Martins começou por referir que se tinha esquecido de parabenizar os funcionários responsáveis pela elaboração do presépio.

Felicitou igualmente a organização do evento Trail Terras do Lince, destacando o impacto positivo do evento no concelho e a boa articulação da data com o presépio.

Relativamente à mobilidade, transmitiu preocupação quanto às dificuldades sentidas por pais com crianças em idade de creche, nomeadamente a inexistência de soluções de

transporte adequadas em freguesias mais afastadas, questionando se o Município tem vindo a trabalhar em soluções para esta problemática.

O Sr. João Manso, no que respeita à reabilitação da Escola Secundária do Sabugal, referiu que, após análise do projeto, considerava que poderia ser ponderada uma intervenção mais profunda no bloco da EB2, podendo ser adotada uma conceção diferente, permitindo melhor aproveitamento funcional e valorização das áreas existentes.

Ainda no âmbito da mesma empreitada, reiterou a sugestão anterior relativa à criação de um parque de estacionamento no interior do recinto escolar. Salientou que, com a implementação da ciclovia se tornava particularmente relevante reorganizar o estacionamento na zona envolvente à escola.

Acrescentou que existia no interior do recinto um espaço amplo e plano que, no seu entendimento, permitiria a criação de estacionamento com custos reduzidos, sendo apenas necessária a execução de uma rampa de acesso à estrada e a instalação de um portão automático, estimando que tal solução poderia retirar da via pública entre 60 a 70 viaturas.

Grupo Municipal do Partido Chega:

O Sr. Nuno Simões de Melo, referiu que pretendia apenas fazer uma interpelação ao Sr. Primeiro-Secretário. Considerou que a intervenção deste lhe parecera configurar um verdadeiro caderno de encargos, que presumiu ser do Partido Social Democrata, salientando que o próprio é também membro do grupo, destinado à procura de eventuais consensos. Todavia, entendeu que o tom utilizado fora de tal forma assertivo que importava recordar que os consensos se negociam, não se impõem.

Acrescentou que, como é do conhecimento geral e já sucedera noutras ocasiões, o Grupo Municipal do Partido Chega não tem o dever de agendar uma ação, mas sim o direito de o fazer, esclarecendo que o dever será assumido quando assim o entenderem.

Concluiu afirmando que o Grupo Municipal do Partido Chega estará sempre disponível para criar pontes para o bem do Sabugal e dos sabugalenses, garantindo que o fará com humildade e sem qualquer tipo de soberba.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PS:

Relativamente à questão colocada pela Sr.^a Marisa Martins, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os funcionários municipais são os principais responsáveis pela concretização do Presépio, sendo eles que colocam maior empenho, dedicação e dinamismo na sua concretização. Acrescentou que, embora sejam por vezes procurados contributos externos para introduzir novas ideias e elementos visuais, o núcleo essencial do trabalho é assegurado por um conjunto de funcionários, muitos deles técnicos superiores, que solicitam autorização para, durante alguns dias, poderem dar o seu contributo à iniciativa, circunstância que considerou merecedora de reconhecimento e louvor.

Foi ainda sublinhado que estes colaboradores constituem o verdadeiro motor do evento, tendo esse agradecimento sido já manifestado publicamente em diversas ocasiões e constando, inclusive, em ata.

No que respeita ao Trail do Lince, confirmou tratar-se de um evento associado ao Presépio, que já se realiza há vários anos. Aproveitou para destacar outros projetos enquadrados na dinâmica do Presépio Natural, designadamente o presépio nas Quintas de São Bartolomeu, bem como iniciativas promovidas em várias freguesias, contribuindo com criatividade e desafios dirigidos à população para o embelezamento das ruas e valorização das respetivas localidades. Foi reiterado que todas as freguesias, à sua maneira, contribuem para afirmar e divulgar o maior presépio natural do país, tendo sido deixado um agradecimento generalizado pela sua participação.

Quanto à questão dos transportes e mobilidade das crianças de creche, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, após lhe ter sido concedida a palavra, esclareceu que não é permitido o transporte de crianças dos 0 aos 3 anos em transporte público de passageiros, porquanto o regime aplicável impõe requisitos específicos e a utilização de equipamentos adequados. Recordou que, anteriormente, esse transporte era assegurado por IPSS, prática, entretanto alterada. Salientou ainda que, atendendo à dimensão do concelho e à especificidade do transporte de crianças de tão tenra idade, podendo tratar-se, de bebés com quatro meses, a solução não se revelava simples. Referiu que o assunto tem vindo a ser analisado, mas que não apresentava resolução imediata ou de fácil concretização. Acrescentou, por fim, que muitos pais que trabalham se deslocam para localidades próximas onde existem instituições com creche, conseguindo, dessa forma, assegurar o transporte pelos seus próprios meios.

Relativamente à questão colocada pelo membro da Assembleia, João Manso, sobre o polo da EB2, o Sr. Presidente da Câmara transmitiu que o mesmo será objeto de intervenção, ainda que não necessariamente de forma profunda.

No que concerne ao parque de estacionamento, esclareceu que existem normas específicas que restringem o acesso ao recinto, permitindo apenas a entrada de veículos de segurança, emergência médica e situações equiparadas. Não obstante, foi manifestado o entendimento de que poderá não existir uma carência significativa de estacionamento, reconhecendo-se, contudo, que seria mais cómodo permitir o referido acesso.

Por fim, relativamente à intervenção feita pelo Sr. Nuno Simões de Melo, referiu que a mesma se dirigia ao Sr. Primeiro-Secretário, que, se assim o entendesse, prestaria a respetiva resposta.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Germano Fernandes, que, ao responder ao Sr. Nuno Simões de Melo, declarou não comentar o comentário.

Antes de encerrar o período “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Assembleia declarou que discorda, em absoluto, de qualquer ausência de transparência no exercício das competências da Assembleia pelo facto de as sessões não serem transmitidas online. Recordou que todos os atos praticados são públicos, no estrito cumprimento da Lei, atos esses que vão desde a convocatória das sessões à difusão das atas. Acrescentou que, apesar de pessoalmente manter dúvidas substantivas sobre o papel e a eficácia das transmissões online e muito mais sobre o valor acrescentado em termos da apregoada transparência, não impediria um eventual debate sério sobre o tema, que ponderasse os requisitos legais a cumprir em matéria de RGPD, os requisitos técnicos e orçamentais e as vantagens e desvantagens que tal opção acarreta:

Por fim, declarou encerrado o período antes da ordem do dia, estabelecendo um intervalo de 5 a 10 minutos antes do início do período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 - Discussão e votação do Orçamento do Município para 2026.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos contra (Grupo Municipal do Chega e Grupo Municipal do PS) e 1 abstenção (Grupo Municipal da CDU), **aprovar o Orçamento do Município para 2026.**

Pelo Sr. Membro da Assembleia, Nuno Simões de Melo, em representação do Grupo Municipal do Partido Chega, e pelo Sr. Membro da Assembleia, Pedro Figueiredo, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, foram apresentadas declarações de voto, cujo teor se encontra registado nos Anexos 11 e 12.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto 1 e 2 em simultâneo, cujo teor da intervenção consta, na íntegra, no anexo 9.

Sobre o orçamento:

- Referiu que foi elaborado com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos estratégicos para o ano 2026;
- Apresentou a missão, visão e novos desafios e cenários conjunturais, e na sua sequência apresentou os objetivos estratégicos para 2026 (página 4 e 5 do Relatório do Orçamento e GOP's).

Disse que as GOP's e o Orçamento (páginas 7 a 9 do Relatório do Orçamento e GOP's) em discussão foram elaborados no sentido da dinamização económica e social, apostando em investimentos suscetíveis de promover a atratividade territorial e de fomentar novos investimentos geradores de mais e melhores oportunidades de emprego no território concelhio.

Previsão de receita (página 19 a 22 do Relatório do Orçamento e GOP's):

- A previsão das receitas para 2026 é 35.446.205,00 euros e das despesas de valor igual.
- A receita corrente deverá atingir 26.263.392,00 euros que suporta a despesa corrente, as amortizações médias (o valor destas suportará despesas de capital).
- Prevê-se ainda que sejam arrecadados 9.182.814,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 11.903,726 euros.
- Em 2026 prevê-se que a receita municipal seja de 35.446.205,00 euros, representando um aumento de 4.470.696,00 euros relativamente à previsão inicial de 2025. Verifica-se um aumento de 2.902.762,00 euros de receitas correntes e um aumento de 1.567,934,00 euros em receitas de capital. (Apenas se regista uma diminuição dos valores relativos aos Impostos Diretos, registando-se aumentos variáveis em todas as outras rubricas. Em relação às transferências correntes o aumento verifica-se quer pelo aumento das Transferências Diretas do Orçamento de Estado e também na previsão de valores superiores relativos a candidaturas a Fundos Comunitários. Quanto à Venda de Bens e Serviços Correntes existe um aumento generalizado em quase todas as rubricas, o valor relativo às Rendas das Infraestruturas de Água é superior ao de 2025 pois as negociações com as Águas de Portugal estão bem encaminhadas. O valor das outras Receitas Correntes é influenciado quer por uma previsão de um maior reembolso do IVA, quer pela recuperação de despesas já pagas e re-faturadas ou a re-faturar à APAL, Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento. Em relação às Receitas de Capital o aumento é influenciado sobretudo pela previsão de um maior volume de comparticipação de bens de investimentos por Fundos Comunitários).
- Em termos relativos a receita corrente representa 74% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 26%.

Previsão de despesa (página 22 a 23 do Relatório do Orçamento e GOP's):

- A despesa do município em 2026 deverá ser de 35.446.205,00 euros, sendo 23.542.479,00 euros relativos a despesa corrente e 11.903.726,00 euros a despesa

de capital, verificando-se um aumento de 4.470.695,00 euros em relação ao previsto para 2025.

- No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 66%, enquanto a despesa de capital representa 34% da despesa total.

Disse também que nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2026, nas páginas 15 a 18 do Relatório do Orçamento e GOP's.

Por fim, referenciou que Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2026 inclui despesa definida no valor de 10.448.619,00 euros. Nas Atividades Mais Relevantes foi inscrita despesa definida que totaliza 9.357.821,00 euros. Em conjunto os dois documentos preveem um valor total de 19.806.440,00 euros.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

A Sr.^a Sandra Silvestre, referiu que o Orçamento Municipal para 2026 e as Grandes Opções do Plano 2026-2031 constituem documentos coerentes, responsáveis e estrategicamente alinhados com os desafios e oportunidades que o concelho enfrenta.

Acrescentou que, num contexto económico exigente, o orçamento apresenta uma estratégia de investimento ambiciosa, baseada na captação de financiamento externo e na concretização de projetos estruturantes para o desenvolvimento do território.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, questionou de que forma o Orçamento reflete os objetivos estratégicos e as prioridades definidas pelo Executivo para o ano de 2026.

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, Francisco Baltazar, no uso da palavra, começou por referir que o orçamento é bastante ambicioso, formulando votos de que a execução fosse elevada. Questionou sobre o ponto de situação relativo à intervenção na Rua Dr. Francisco Maria Manso. Por fim, solicitou que fossem mencionadas as obras mais relevantes previstas no Orçamento.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Vítor Cavaleiro procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta do Anexo 10 à presente ata, tendo, na mesma, declarado que o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista seria contra.

Grupo Municipal dos Cidadãos Eleitores

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, iniciou a sua intervenção felicitando os técnicos do Município pela elaboração do documento, considerando-o

tecnicamente bem estruturado e suficientemente explícito, permitindo uma clara compreensão do seu conteúdo.

Declarou que votaria favoravelmente a proposta, por se tratar do primeiro orçamento do mandato e por entender que a maioria que suporta o Executivo resulta da vontade expressa pelos sabugalenses, a qual deve ser respeitada.

Deixou, contudo, duas notas. A primeira relativa ao Plano Plurianual de Investimentos, manifestando satisfação pela inscrição de uma verba de cerca de 943.000 euros destinada às infraestruturas da barragem, obra que, no seu entendimento, já deveria estar em fase mais adiantada.

Colocou ainda uma questão relativamente à verba de cerca de 370.000 euros inscrita no número 10 do Plano Plurianual, constante da página 73 do documento, destinada à aquisição de terrenos em Malcata, questionando se tais terrenos correspondem aos situados na proximidade da barragem.

Por fim, no que respeita às Atividades Mais Relevantes, relativas ao eixo “Sabugal Mais Atrativo”, referiu, a título de sugestão e não de crítica, que o projeto n.º 2022/659, referente ao Presépio, apresenta uma dotação global previsional de 406.159 euros, enquanto o projeto n.º 2022/658, relativo a Grandes Eventos Promocionais, contempla uma verba de 1.051.000 euros, presumindo que nesta rubrica se encontrem incluídos eventos como o “Muralhas com História” e o São João, entre outros. Considerou tratar-se de uma verba significativa e sugeriu que, futuramente, pudesse haver maior discriminação ou desdobramento dessa rubrica, de modo a permitir uma leitura mais detalhada e transparente das diferentes iniciativas abrangidas.

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Nuno Simões de Melo iniciou a sua intervenção referindo-se à visão, missão e objetivos estratégicos constantes dos documentos, considerando-os excessivamente genéricos, entendendo que se traduzem num conjunto de formulações amplas e pouco densificadas. No seu entendimento, as designadas Grandes Opções do Plano não se apresentam verdadeiramente como “grandes” nem configuram, de forma clara, opções anuais, porquanto, no seu entender, carecem de objetivos concretos, metas intermédias, formas de concretização e indicadores que permitam aferir o respetivo grau de execução.

Centrando-se no Orçamento, reiterou o reconhecimento já manifestado relativamente ao trabalho técnico desenvolvido pelos serviços municipais, considerando o documento bem estruturado do ponto de vista técnico. Sublinhou, contudo, que o Orçamento é, antes de mais, um instrumento político, na medida em que define as opções políticas do Executivo para o ano seguinte, sendo sobre essas opções que incidiu a sua análise.

Referiu que cerca de um terço da despesa se destina a encargos com pessoal e aproximadamente 60% a despesas correntes, o que, no seu entendimento, limita a margem para outras opções estratégicas. Chamou ainda a atenção para a existência de verbas inscritas nas sub rubricas “Outros”, em diversas classificações orçamentais, que totalizam cerca de 7.380.000 euros, incluindo montantes superiores a um milhão de euros, questionando a afetação concreta dessas verbas e defendendo que tal opção traduz uma escolha política e não meramente técnica, dificultando a perceção clara do destino dos recursos por parte dos munícipes.

Assinalou ainda que continua a não existir rede de saneamento básico em todo o concelho, referindo não ter identificado no Orçamento verba especificamente orientada para esse objetivo, aguardando igualmente esclarecimentos sobre essa matéria.

Concluiu afirmando que o documento representa, no seu entendimento, uma continuidade das opções anteriores, sem inovação relevante, caracterizando-o como prudente por não assumir riscos, embora considere que tal postura não traduz verdadeira prudência estratégica. Assim, informou que, à semelhança do Vereador do seu partido, votarão contra os documentos em apreciação, anunciando a apresentação posterior de declaração de voto escrita relativamente a ambos os pontos.

Antes de conceder a palavra ao Grupo Municipal da CDU, o Sr. Presidente da Assembleia dirigiu-se aos presentes, para esclarecer aos membros da assembleia e do executivo, elementos do público e dos serviços de apoio, que quaisquer gravações de imagem e som não autorizadas do que ocorre na sessão da assembleia, bem como eventuais divulgações das mesmas, são ilegais, podendo configurar ilícito criminal, designadamente por violação das normas relativas à proteção de dados pessoais e de disposições regimentais aplicáveis. Referiu que, caso venha a ter conhecimento ou prova de que algum dos intervenientes referidos procede a tais atos, interromperá de imediato as sessões e procederá à verificação do ocorrido, podendo ainda participar o facto às instâncias competentes.

Esclareceu que a sua intervenção tinha caráter geral e abstrato, não se dirigindo a nenhum membro em particular, mas sim ao coletivo da assembleia, com o propósito preventivo de recordar a necessidade de cumprimento das normas legais e regimentais relativas a tais matérias.

Grupo Municipal do Partido da CDU

O Sr. João Manata, disse considerar o Orçamento um documento de natureza eminentemente técnica, reconhecendo a complexidade do mesmo. Não obstante, apresentou duas sugestões para consideração em futuros orçamentos. Em primeiro lugar, defendeu que deveria ser dada especial atenção à zona histórica do Sabugal, entendendo que a sua valorização e requalificação poderão constituir um importante fator de atratividade, capaz de dinamizar o concelho e potenciar o seu valor patrimonial. Em segundo lugar, manifestou o desejo de ver equacionado, de forma faseada e progressiva, o

alargamento do passeio fluvial até à barragem, considerando tratar-se de um projeto com potencial interesse para o desenvolvimento e valorização do território.

Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Em resposta à Sr.^a Sandra Silvestre, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que os objetivos estratégicos do Orçamento de 2026 e das Grandes Opções do Plano 2026-2031 se encontram claramente definidos, estruturados e financeiramente sustentados, sobretudo no âmbito do Portugal 2030, com especial enfoque na Intervenção Territorial Integrada (ITI) da CIM.

Informou que estão **sinalizados cerca de 7,5 milhões de euros** de investimentos previstos até 2030 no quadro da ITI da CIM. Embora nem todos constem do Orçamento de 2026, por este ser anual, encontram-se devidamente integrados nas GOP's 2026-2031, enquanto instrumento plurianual.

Acrescentou que, para além desta fonte de financiamento, o Município recorrerá a outros mecanismos, como os PROVERE, o PRR e candidaturas ao Turismo de Portugal, referindo, a título de exemplo, que a terceira fase da Requalificação da Praia Fluvial será candidata ao programa “Turismo Mais Acessível”. Quanto ao PRR, salientou que não constitui, em regra, um instrumento vocacionado para financiamento direto de obras municipais, estando mais direcionado para áreas como ciência, inovação e dinamização económica, embora o Município tenha apresentado algumas candidaturas pontuais, nomeadamente na área da acessibilidade.

Referiu que o Orçamento é necessariamente um documento de continuidade, integrando projetos já iniciados ou anteriormente sinalizados, como a primeira fase da infraestruturação da barragem (1,1 milhões de euros), a terceira fase da Praia Fluvial e a Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso até à zona da Viúva Monteiro, o que limita a inclusão de novos projetos de grande dimensão no imediato.

Relativamente às infraestruturas rodoviárias, explicou que atualmente não existem programas comunitários que financiem obras de pavimentação, sendo este tipo de intervenção suportado exclusivamente por orçamento municipal. Informou que os municípios da CIM estão a proceder ao levantamento das necessidades prementes com vista a eventual recurso a financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), estando, no entanto, previstas intervenções pontuais e prioritárias com recursos próprios.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Sobre a intervenção do Sr. Victor Cavaleiro, considerou natural a divergência política, mas salientou que não foram apresentadas propostas alternativas concretas. Quanto à despesa com pessoal, esclareceu que o aumento ronda os 215 mil euros face ao ano anterior, resultando essencialmente de atualizações salariais e progressões na carreira, mantendo-se

o Município dentro dos limites legais. Indicou ainda que as taxas de execução orçamental se situam entre os 80%, valores que considerou normais.

No domínio da habitação, referiu que o Município tem seis habitações sinalizadas no âmbito de programas de apoio, três das quais já contratualizadas, reconhecendo, contudo, a morosidade do processo junto do IHRU e salientando que a habitação constitui, em primeira linha, responsabilidade da Administração Central, ainda que o Município procure ser parceiro ativo.

Relativamente ao setor agropecuário, destacou o apoio continuado à sanidade animal, aos pequenos investimentos através do programa Sabugal Invest e a comparticipação na vacina da língua azul. Sobre o regadio, considerou tratar-se de uma intervenção de grande dimensão financeira, salientando que existem atualmente 120 hectares de regadio instalados no concelho que não estão a ser plenamente aproveitados, o que dificulta a justificação de novos investimentos avultados nesta área.

No que respeita às ligações rodoviárias estruturantes, afirmou que a prioridade atual é a ligação à Guarda, intervenção que envolverá cerca de 21 milhões de euros, por a considerar estratégica pela proximidade ao Porto Seco da Guarda e à Zona de Localização Empresarial. A ligação à A23 continuará a ser reivindicada, mas não constitui prioridade imediata. Acrescentou que a generalidade das freguesias dispõe de ligação rodoviária, admitindo que possam existir situações pontuais a melhorar.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Eleitores:

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o Plano Plurianual contempla uma verba de cerca de 900.000 euros destinada à primeira fase da infraestruturação da barragem, encontrando-se já assinado o contrato de consignação, bem como o Plano de Segurança e Saúde, último procedimento necessário para o arranque da obra, cujo início estava previsto para o princípio do mês de janeiro. Referiu tratar-se de um passo determinante para a valorização daquela zona, que considera possuir elevado potencial, visando criar condições para futura captação de investimento privado.

Quanto à verba de aproximadamente 360.000 euros inscrita para aquisição de terrenos em Malcata, esclareceu que a mesma transita do orçamento anterior, encontrando-se já cabimentada e aprovada em reunião de Câmara, destinando-se à eventual aquisição de cerca de 40 hectares onde se encontra previsto um conjunto de investimentos, designadamente um Centro Náutico, Espaços de Lazer, Hotel Rural e Aldeamento Turístico. Informou que os terrenos se encontram abrangidos por plano de pormenor, estando a verba reservada para o momento em que surja investidor interessado.

No que respeita às Atividades Mais Relevantes, esclareceu que a dotação de cerca de 400.000 euros afeta ao projeto do Presépio constitui um valor previsional inscrito na

respetiva rubrica, não significando necessariamente que seja integralmente executado, situando-se a despesa habitual em montante inferior.

Relativamente à rubrica “Grandes Eventos Promocionais”, explicou que nela se encontram agregados todos os eventos promovidos pelo Município que não dispõem de classificação autónoma, incluindo, entre outros, o “Muralhas com História”, as festividades de São João e diversos apoios associativos, razão pela qual apresenta um montante global mais elevado, admitindo, contudo, que poderá ser ponderada maior especificação futura dessa rubrica.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA:

Relativamente à intervenção do Sr. Nuno Simões de Melo, o Sr. Presidente da Câmara considerou tratar-se de observações genéricas, típicas do Partido Chega. Reconheceu que cerca de um terço da despesa do município se destina a pessoal, mas explicou que essa é a realidade vigente não apenas no Município do Sabugal, mas no país em geral.

Esclareceu ainda que o município não dispõe de 305 funcionários, como referido em algumas redes sociais, mas sim de 277, esclarecimento que será detalhado posteriormente através do mapa do pessoal. Quanto à rubrica “Outros”, afirmou que a sua classificação decorre de regras legais e técnicas, não constituindo uma opção política, uma vez que o POCAL e os classificadores legais não permitem outra forma de enquadramento. Garantiu que a rubrica engloba diversas despesas e que, se pretendesse, mediante solicitação escrita, poderia fornecer o mapa detalhado com todas as justificações.

Por fim, reafirmou que não teme qualquer debate ou questionamento, estando disponível para enfrentar todas as intervenções de membros da Assembleia no pleno respeito pela legalidade democrática.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Em resposta ao Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que estão previstos investimentos na zona histórica, nomeadamente no âmbito do IHRU e da ARU – Área de Reabilitação Urbana, que contemplam um conjunto de intervenções naquela área, embora salientando que a execução depende da obtenção de financiamento adequado.

Quanto à sugestão do alargamento do passeio até à barragem, considerou tratar-se de um projeto interessante e aliciante, afirmando que será tido em conta.

O Sr. Nuno Simões de Melo interpelou a Mesa da Assembleia relativamente à conduta durante os trabalhos, solicitando que o Sr. Presidente da Assembleia utilize os poderes regimentais para assegurar que todos os membros, ao dirigirem-se à Assembleia, o façam nos termos previstos no Título II, Capítulo V do Regimento, lembrando que expressões como “não tenho medo de si” não são admissíveis. Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que não cerceava a palavra de nenhum membro, assegurando a liberdade de expressão nos termos regimentais, sendo cada membro responsável pelas suas intervenções. Explicou que o Presidente, nestes casos, apenas atua quando os limites

regimentais ou de urbanidade eram ultrapassados, solicitando a todos os membros que respeitem os princípios da urbanidade e os termos regimentais previstos para o uso da palavra.

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana, dirigiu a sua intervenção à bancada do Partido Socialista, manifestando estranheza pelo voto contra o Orçamento, sugerindo que uma abstenção teria sido mais adequada, lamentando que a atenção se tenha concentrado novamente nas ligações rodoviárias, cujo efeito multiplicador poderia contribuir para o desenvolvimento do concelho.

Relativamente à intervenção do Sr. Nuno Simões de Melo, questionou se este considerava ou não o Orçamento um instrumento político, reiterando que, na sua perspetiva, o documento cumpre simultaneamente funções técnicas e políticas, permitindo à Assembleia e aos diferentes grupos municipais expor ideologias e delinear caminhos estratégicos.

Referiu ainda que a observação do Sr. Nuno Simões de Melo, de que o Orçamento poderia ter sido elaborado por inteligência artificial revelava, na sua opinião, um desconhecimento do concelho, uma vez que a leitura das rubricas requer compreensão das obras e projetos concretos que representam. Por fim, solicitou a clarificação de comentários anteriores sobre festas e eventos por este, esperando que fossem especificados quais os eventos a que se referia, dado o interesse enquanto autarca em compreender se tais críticas tinham relação com o Município do Sabugal ou com outros membros presentes.

Finda a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata não colocou questões, mas decidiu conceder um minuto ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António.

O Sr. Presidente da Câmara pediu desculpa por não ter respondido anteriormente e explicou que, relativamente à Rua Dr. Francisco Maria Manso, tinha sido aberto há cerca de dois meses um procedimento que acabou por ficar deserto, uma vez que dois concorrentes apresentaram propostas acima do preço base. Informou que, como já se dispunha do valor necessário, os serviços puderam abrir um novo procedimento com preço ajustado, cerca de 1.100.000 euros, tendo o concurso sido reaberto na segunda-feira, aguardando a apresentação de candidaturas. Relativamente às obras mais relevantes, responderia no ponto seguinte, aquando da apresentação das mesmas.

Ponto 02 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano 2026-2031

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos contra (Grupo Municipal do Chega e Grupo Municipal do PS) e 1 abstenção (Grupo Municipal

da CDU), **aprovar as Grandes Opções do Plano 2026-2031**. Pelo Sr. Membro da Assembleia, Nuno Simões de Melo, em representação do Grupo Municipal do Partido Chega, e pelo Sr. Membro da Assembleia, Pedro Figueiredo, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, foram apresentadas declarações de voto, cujo teor se encontra registado nos Anexos 11 e 12.

O Sr. Presidente da Câmara embora tivesse apresentado o ponto em simultâneo com o ponto 01 respondeu à questão colocada pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, relativa às obras mais relevantes das Grandes Opções do Plano, destacando:

- A Requalificação da Rua Dr. Francisco Maria Manso;
- A Reabilitação da Escola Primária, que será transformada em Centro de Conhecimento (com financiamento garantido na ITI) que incluirá uma sala para a Assembleia Municipal, gabinetes, auditório e espaços para serviços municipais como ação social e educação.
- A terceira fase da Praia Fluvial, completando o projeto de reestruturação do espaço fluvial.
- Desenvolvimento do Parque da Cidade, atualmente em fase de estudo.
- Etnocentro, espaço de etnografia, cuja construção será junto à biblioteca, em fase de estudo prévio.
- Intervenção na área da Barragem e na Zona de Localização Empresarial, com 22 lotes infraestruturados, facilitando o acesso a principais vias e ao Porto Seco da Guarda.
- Continuação de iniciativas de eficiência energética em edifícios municipais.

Esclareceu ainda que foi recentemente aprovada uma candidatura da CCDDR no valor de 3.498.000,00 € destinada a infraestruturas municipais e rede viária em áreas afetadas por incêndios, contemplando:

- 30 intervenções em estradas;
- Revisão de sinalética horizontal e vertical;
- Intervenção em 14 reservatórios de água;
- Melhorias em áreas cinegéticas.

Esta candidatura será integrada no orçamento no início do ano devido à aprovação tardia, não constando das atuais grandes opções do plano. Salientou a atuação proativa do Governo e referiu que quatro Juntas de Freguesia também possuem candidaturas aprovadas no âmbito dos incêndios.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. João Calva, referiu que as Grandes Opções do Plano correspondem às obras apresentadas pelo PSD ao eleitorado e aprovadas pelos cidadãos nas eleições, destacando que estas obras refletem as prioridades votadas pelos sabugalenses e que outras obras poderão surgir nos próximos quatro anos. Salientou que cabe ao Executivo municipal a execução das obras aprovadas. Reconheceu que o concelho carece de investimentos adicionais, como aeroporto ou central fotovoltaica, mas enfatizou que a prioridade deve ser a realização das obras já aprovadas e financiáveis.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Pedro Figueiredo, nos termos do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal, informou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria apresentar declaração de voto por escrito, cujo teor se encontra registado no Anexo 11.

Sr. João Manso, dirigiu-se ao líder de bancada do Grupo Municipal do PSD, Sr. Carlos Borregana, esclarecendo que a posição contrária ao orçamento não se deve ao seu conteúdo, mas à capacidade do Executivo em executá-lo. Como exemplo, referiu que até 11 de dezembro de 2025, a taxa de execução das despesas de capital do orçamento de 2025 atingiram apenas 52,6%, valor que considerou insuficiente e insatisfatório. Destacou que, apesar de o PSD ter vencido as eleições e ter o direito de apresentar o orçamento e as grandes opções do plano, todos os membros da Assembleia têm o dever e a responsabilidade de exigir maior capacidade de execução por parte do Executivo.

Acrescentou que uma aposta mais clara nas despesas de capital refletiria uma intenção real de transformar o concelho, modernizando infraestruturas e serviços e tornando-o mais atrativo. Referiu, ainda, a insuficiência de algumas rubricas, como a valorização das aldeias, em particular o programa de incentivo à recuperação de edifícios, que dispõe de apenas 10 mil euros, valor que considerou inadequado para os desafios existentes.

Concluiu que, apesar das várias obras e opções apresentadas no plano, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará contra as Grandes Opções do Plano de 2026-2031, pois não considera que estas reflitam um planeamento estratégico de médio e longo prazo nem indiquem claramente o caminho para o desenvolvimento sustentável do concelho.

O Sr. Filipes Nunes começou por referir que a sua intervenção se prende com a questão levantada pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, que havia solicitado ao Sr. Presidente da Câmara a descrição de todas as obras previstas na União de Freguesias. Manifestou preocupação pelo facto de terem sido referidas apenas obras localizadas na cidade do Sabugal, considerando que ficou por incluir a requalificação da Rua do Bairro de São Pedro. Acrescentou que, durante a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, se verificou uma ligeira alteração no limite administrativo apresentado, quando foi mencionada a Zona de Localização Empresarial da Quinta de São Bartolomeu.

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Nuno Simões de Melo, dirigindo-se ao Sr. Carlos Borregana, Membro da Assembleia pelo Grupo Municipal do PSD, afirmou que este não teria ouvido a sua intervenção. Acrescentou ainda que, relativamente às propostas apresentadas pelo Partido Chega, a definição do seu conteúdo, forma e modo de apresentação constitui matéria da exclusiva responsabilidade daquele partido, não competindo ao PSD pronunciar-se sobre a mesma.

A Sr.^a Marisa Igreja referiu que a tem incomodado o facto de se afirmar repetidamente a intenção de atrair pessoas para o concelho do Sabugal, mas nem sempre serem bem acolhidas pessoas que, não sendo naturais do concelho, manifestam vontade de contribuir para o seu desenvolvimento. Relativamente às Grandes Opções do Plano, considerou que a própria designação “grandes opções” deveria traduzir uma verdadeira visão estratégica de futuro, o que não se verifica. As despesas correntes representam cerca de 80% do valor orçamentado ao longo do mandato, questionando que o que se propõe se limita à gestão do quotidiano, sem ambição e ímpeto reformista. Na sua perspetiva, as opções constantes do plano não são prudentes, mas sim opções fracas, sem ambição e sem qualquer rasgo estratégico. Acrescentou que, apesar de o equilíbrio orçamental estar formalmente assegurado, subsistem dúvidas quanto à sua execução ao longo do mandato. Observou que o documento apresenta intenções, questionando a ausência de objetivos mensuráveis, mecanismos de acompanhamento e possibilidade de escrutínio por parte dos munícipes. Assim, declarou que, o Grupo Municipal do Partido Chega, votará contra as Grandes Opções do Plano, apresentando a respetiva declaração de voto.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Câmara, em resposta ao Sr. João Calva, afirmou concordar com a intervenção proferida, referindo que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano refletem o programa apresentado ao eleitorado aquando das eleições, o qual foi sufragado por maioria. Considerou que essa maioria confere legitimidade política às opções constantes do documento, que entende serem as mais adequadas para o desenvolvimento do concelho.

Sublinhou que as Grandes Opções do Plano contemplam obras estruturantes, preocupação ambiental, dimensão social e investimento nas juntas de freguesia e nas associações. Acrescentou que o orçamento não se limita à realização de obras físicas, incluindo igualmente ações imateriais e apoios às associações e aos agentes económicos locais, representando um contributo direto para a dinamização da economia do concelho. Concluiu reiterando que o documento traduz fielmente o compromisso assumido com os eleitores.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

O Sr. Presidente da Câmara, em resposta ao Sr. João Manso, referiu que a posição de voto contra por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista é recorrente em todos os anos. Contestou os dados apresentados relativamente à taxa de execução, afirmando que os números invocados não correspondem à realidade e que o ano económico ainda não se encontra encerrado. Esclareceu que, à data, a taxa de execução da despesa se situava em 69,2% e a da receita em 70,8%, acrescentando que, aquando da apresentação do relatório final, os valores definitivos serão devidamente confirmados.

Relativamente à rubrica mencionada no âmbito das Grandes Opções do Plano, esclareceu que o documento contempla uma coluna relativa a “financiamento não definido”, onde se encontra previsto um montante significativo que poderá ser mobilizado para reforço de determinadas intervenções, incluindo a área da reabilitação. Sublinhou que não faria sentido inscrever verbas mais elevadas numa fase em que o respetivo regulamento ainda se encontra em preparação e articulação pelos serviços, assegurando, contudo, que, caso surjam projetos concretos nessa área, o Município garantirá o respetivo financiamento, por considerar a matéria prioritária para o concelho.

Em resposta ao Sr. Filipe Nunes, referiu que poderão ter ficado por mencionar algumas intervenções, mas que as mesmas constam do plano. Esclareceu, designadamente, que a obra referida será executada, não tendo ainda avançado por se pretender uma solução completa e integrada, incluindo muros de suporte, alargamento da via e resolução de uma situação de edificação existente que carece de negociação e eventual demolição. Concluiu assegurando que a intervenção será realizada de forma adequada e articulada com a regeneração já efetuada nas zonas adjacentes.

Para finalizar disse ainda não ter mais nada a acrescentar relativamente às restantes questões colocadas.

Numa segunda ronda, interveio novamente:

O Grupo Municipal do PSD:

A Sr.^a Lúcia Ribas declarou ser favorável à vinda de pessoas para o concelho do Sabugal, considerando que quanto maior for a população residente, melhor será para o território. Referiu que reside no concelho há 58 anos e que, no passado, a população era significativamente superior. Manifestou o seu apreço por todos aqueles que pretendam fixar-se no Sabugal, trazendo as suas famílias e vivendo de forma permanente no concelho, contribuindo para o seu desenvolvimento e progresso. Salientou, contudo, que a deslocação ocasional ao concelho, apenas algumas vezes por ano, não representa, no seu entendimento, um contributo efetivo para o crescimento e dinamização do território.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, Carlos Borregana, dirigindo-se ao Sr. Nuno Simões de Melo, referiu que lhe havia feito duas observações e colocado uma questão concreta, reiterando-a nos seguintes termos: quais são as festas realizadas no Sabugal que lhe suscitam discordância ou preocupação.

O Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso, reportando-se à resposta do Sr. Presidente da Câmara relativamente à taxa de execução da despesa de capital, informou dispor de um documento, datado de 11 de dezembro, no qual consta a percentagem de 52,6%. Reconheceu que o documento não se refere ao fecho do exercício a 31 de dezembro, mas era essa a percentagem nele indicada.

Questionou ainda, relativamente ao Parque Termal do Cró, se estava prevista alguma alteração ao modelo de gestão daquele equipamento. Referiu que, segundo os dados de que dispõe, a gestão do Parque Termal tem representado um encargo anual para o Município na ordem dos 620 mil euros, acrescendo para 2026 um investimento significativo, designadamente na área das energias renováveis, estimando que o montante global envolvido ronde cerca de um milhão e duzentos mil euros. Considerou, por isso, importante refletir sobre a forma de potenciar melhor o Parque Termal do Cró, entendendo que se trata de um equipamento com elevado potencial e que poderia ser mais valorizado.

Em resposta à questão colocada pelo Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que estariam eventualmente a analisar documentos distintos, referindo dispor de um documento relativo à situação financeira de 11 de dezembro de 2025, no qual consta uma execução da receita de 63,3%. Reconheceu a existência de eventual lapso na referência anterior, garantindo que a matéria será devidamente esclarecida aquando da apresentação do relatório final de contas à Assembleia Municipal, momento em que poderá ocorrer uma discussão mais aprofundada.

Justificou ainda que a baixa execução da receita e despesa de capital se deve, em grande medida, às dificuldades atuais na adjudicação de empreitadas, salientando que vários concursos públicos têm ficado desertos, encontrando-se já no quarto procedimento em alguns casos. Referiu a escassez de empreiteiros disponíveis e de mão de obra no setor, situação que não é exclusiva do Município do Sabugal, mas transversal a outros municípios com os quais tem mantido contacto. Acrescentou que, apesar de existir um empreiteiro com várias obras em curso no concelho, o mesmo não dispõe de capacidade para assumir novos compromissos. Mencionou ainda que pequenas empreitadas, designadamente intervenções em cemitérios, também ficaram desertas, mesmo após convite a empreiteiros locais, encontrando-se os procedimentos a ser reabertos.

Relativamente ao Parque Termal do Cró, esclareceu que foi promovida a realização de um estudo por entidade externa, com vista a identificar a melhor solução para o modelo de gestão do equipamento. Referiu que o estudo, já concluído, será apresentado ao Executivo e aponta diferentes cenários, incluindo a possibilidade de segmentação do negócio, separando as várias valências existentes, designadamente fisioterapia, termalismo clássico e bem-estar, piscina lúdica e outras componentes. Salientou que a piscina lúdica representa custos muito elevados para o equipamento, sendo esse um dos principais constrangimentos.

Acrescentou que a eventual concessão a privados é uma das soluções equacionadas, não podendo ser ignorada a presença de entidades privadas na equação. Quanto à hipótese de reversão para gestão direta municipal, referiu que tal implicaria a existência de uma empresa municipal, a qual não existe atualmente. Concluiu informando que a solução final será apresentada oportunamente ao Executivo e posteriormente discutida em sede de Assembleia Municipal.

Ponto 03 - Discussão e votação da Norma de Execução do Orçamento 2026

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções (Grupo Municipal do Partido Chega), **aprovar a Norma de Execução do Orçamento para 2026.**

O Sr. Presidente da Câmara disse que o documento em discussão é um conjunto de medidas de execução orçamental que regem a implementação do Orçamento e do Plano.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 04 - Discussão e votação específica do artigo 30.º da Norma de Execução do Orçamento de 2026 ‘Assunção de compromissos plurianuais’, conforme recomendação de Tribunal de Contas

Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 6 votos contra do Grupo Municipal do Chega (Pelo Sr. Membro da Assembleia, Saúl Ribeiro, foi apresentada declaração de voto, cujo teor se encontra registado no Anexo 13), **aprovar o artigo 30.º da Norma de Execução do Orçamento de 2026 ‘Assunção de compromissos plurianuais’,** conforme recomendação de Tribunal de Contas:

“Artigo 30.º - Assunção de compromissos plurianuais:

- 1. Para efeitos do previsto na alínea c), do nºI, do art.º 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Leiº 99/2015, de 2 de junho e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou*

atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista ou de acordo com a sua reprogramação, e ainda os compromissos plurianuais de despesas certas e permanentes em que o valor do compromissos plurianual se situa, em cada ano, entre os 99.759,58€, cuja autorização foi delegada no presidente da câmara, e os 200.000,00€.

2. *Conforme nº 2 do artigo 12º do no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, esta autorização não abrange os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa.*
3. *O serviço requisitante da despesa, que implique compromissos plurianuais, deverá verificar se a mesma é abrangida ou não por esta autorização, incluindo essa informação na proposta inicial para a realização da despesa.”*

Neste ponto verificou-se a intervenção do Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O Sr. Saúl Ribeiro disse que a recomendação do Tribunal de Contas lhes levanta algumas questões que gostariam de ver esclarecidas. Indicou que, no ponto 1, passa a ser autorizada pela Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual quando os valores forem além dos 99.759,58 euros, que são da competência do Presidente da Câmara, até aos 200.000 euros, ou seja, que o intervalo entre aproximadamente 100.000 e 200.000 euros fica aprovado a partir de hoje com as regras definidas nos números 2 e 3 do mesmo artigo. Deduz-se, assim, que tudo o que seja acima dos 200.000 euros carecerá de discussão e aprovação na Assembleia Municipal. Acrescentou que, no entendimento do Partido Chega, a transparência é a regra base da administração pública e que, ao autorizarem “de olhos fechados” a transferência plurianual dessa verba, não estarão a ser transparentes, aceitando tacitamente que tal aconteça. Defendeu que tudo o que ultrapasse a competência do Presidente da Câmara deverá ser sempre discutido e votado na Assembleia Municipal. Concluiu afirmando que votarão contra a proposta e que farão constar a sua posição em declaração de voto escrita.

Ponto 05 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal do Município para 2026

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos contra (Grupo Municipal do Chega) e 12 abstenções (Grupo Municipal do PS), **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2026.**

Pelo Grupo Municipal do Partido Chega, foi apresentada declaração de voto, cujo teor se encontra registado no Anexo 14.

O Sr. Presidente da Câmara explicou que o Mapa de Pessoal do Município para 2026 inclui uma nota explicativa, na qual se detalha o número de lugares criados, os lugares destinados à mobilidade e a forma como estes se distribuem. Referiu que a maioria dos lugares criados

se destina a suprir mobilidades intercarreiras, não implicando, portanto, abertura de novos concursos, sendo que os lugares efetivamente abertos para concurso são muito poucos.

O Mapa de Pessoal proposto identifica o número e as funções dos recursos humanos necessários para assegurar as atividades do Município do Sabugal durante 2026. Comparativamente ao mapa de 2025, com alterações introduzidas, foram criados ou atualizados alguns lugares, estando previstos 370 postos de trabalho, dos quais 305 estão ocupados e 65 se encontram vagos. Os postos ocupados em situação de “cativos” incluem os lugares de origem dos trabalhadores em mobilidade intercarreiras, intercategorias (por vezes em mobilidade noutro serviço) e dos trabalhadores que exercem funções de dirigentes no Município.

Neste ponto verificou-se a intervenção do:

Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso declarou que, relativamente ao Mapa de Pessoal do Município para 2026, os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista iriam abster-se. Referiu que reconhecem que é o Sr. Presidente da Câmara quem detém a competência para gerir o mapa de pessoal do Município e que valorizam os técnicos e o trabalho por estes desempenhado na autarquia do Sabugal. No entanto, sublinhou que discordam de várias decisões tomadas pelo Executivo relativamente a esta matéria, razão pela qual optam pela abstenção.

Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O Sr. Nuno Simões de Melo iniciou a sua intervenção agradecendo aos serviços a documentação enviada, destacando a forma profissional e cuidada com que a mesma foi elaborada. Sobre o Mapa de Pessoal do Município, sugeriu que, para situações futuras, este possa ser acompanhado da orgânica, referindo que, segundo o que foi possível consultar no site do Município, consta do despacho n.º 1090/2021, publicado na Parte H do Diário da República, 2.ª Série, de 22 de janeiro de 2021, o qual, na sua leitura, ainda não inclui a delegação de competências de algumas áreas do Governo Central nas autarquias. Assinalou que o mapa de pessoal contempla 370 funcionários, tornando o Município o maior empregador do concelho, o que evidencia, na sua perspetiva, uma tendência para a macrocefalia do setor público. Sublinhou que a criação de riqueza compete à iniciativa privada, sendo ao Estado apenas atribuída a função de garantir condições para que essa riqueza seja criada, bem como assegurar funções de soberania, sociais e de funcionamento do mercado. Referiu que, quando uma Câmara Municipal emprega 370 pessoas, num município com cerca de 10.500 habitantes, aproximadamente 5.000 têm mais de 65 anos e cerca de 1.800 têm menos de 18 anos, o que significa que 1 em cada 10 pessoas em idade ativa é funcionário do Município (10%). Considerou que o Município deveria criar condições para reduzir os seus quadros, destacando que, no mapa de pessoal, estão previstos novos recrutamentos e que mais de 30% do orçamento já é destinado a custos

com pessoal, pretendendo o Município aumentar esse valor. Esclareceu que a sua posição não se prende com o desempenho dos funcionários, que considerou dedicado e competente, mas sim com a estrutura decidida pelo Executivo, pelo que o Grupo Municipal do Partido Chega votará contra o presente Mapa de Pessoal.

Por fim, afirmou que, apesar de não ser natural do Sabugal, sente-se parte integrante do concelho, participando ativamente na vida local e esteve presente nos incêndios de agosto, colaborando no combate ao fogo como qualquer habitante da Sobreira.

Grupo Municipal da CDU:

O Sr. João Manata a propósito da intervenção feita pelo Sr. Nuno Simões de Melo, do Grupo Municipal do Partido Chega, afirmou que, nos concelhos do interior, se não fossem as câmaras municipais a proporcionar emprego às pessoas, seria visível a situação de pobreza e dificuldades que se instalaria na região.

Para responder às questões colocadas, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que, relativamente ao Mapa de Pessoal, afirmou não ter nada a acrescentar em relação à intervenção do Grupo Municipal do PS, referindo que a declaração apresentada já tinha sido feita na reunião de Câmara.

Quanto à intervenção do Sr. Nuno Simões de Melo, do Grupo Municipal do Partido Chega, reiterou que o município não possui 370 funcionários, mas sim 277, esclarecendo que os 370 postos previstos no mapa incluem lugares vagos e que alguns já constam há muitos anos sem terem sido ocupados. Sublinhou que existem 65 lugares vagos e que as mobilidades intercarreiras estão devidamente previstas no mapa, criticando interpretações que, segundo disse, manipulam a informação sobre o efetivo número de funcionários.

O Sr. Nuno Simões de Melo esclareceu que não tinha afirmado quantos lugares estavam efetivamente ocupados, mas apenas que o Mapa de Pessoal previa 370 postos, informação que, foi corroborada pelo Sr. Presidente da Câmara.

Ponto 06 - Discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's dos APAL-SIM para o ano de 2025

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (Grupo Municipal da CDU) e 18 votos abstenções (Grupo Municipal do Chega e Grupo Municipal do PS) e, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's dos APAL-SIM para o ano de 2025.

Sobre este ponto o Sr. Presidente da Câmara recordou que o acordo de gestão da APAL já havia sido votado nesta Assembleia há cerca de um ano e meio, sendo que todas as matérias agora apresentadas estavam contempladas nesse acordo. Esclareceu que o documento atualmente submetido a votação refere-se à terceira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 da APAL - SIM. Explicou que algumas rubricas se encontravam insuficientemente dotadas para fazer face a pagamentos de final de ano, sendo necessário reforçá-las conforme indicado no documento distribuído aos membros da Assembleia.

Neste ponto verificou-se a intervenção do:

Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso declarou que, relativamente a este ponto, se verifica um aumento da rubrica do tratamento de saneamento em alta no valor de 245 mil euros, assim como um aumento na rubrica da aquisição de água em alta no montante de 455 mil euros. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sobre as razões destes acréscimos e colocou ainda a questão de saber se, após a criação da APAL, a autarquia estará a gastar mais ou menos com água e saneamento, pedindo, se possível, que fossem facultados números comparativos entre os gastos anteriores e os atuais.

Grupo Municipal do Partido CHEGA:

A Sr.^a Ana Gonçalves, relativamente à terceira revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da APAL, declarou que, tendo em conta que o Partido Chega não tinha representação na Assembleia Municipal que aprovou a versão base e as duas alterações subsequentes, considera não ter condições para votar nesta proposta. Referiu ainda que, como não está prevista regimentalmente a figura de escusa, o grupo irá abster-se.

Grupo Municipal da CDU:

O Sr. João Manata declarou que, por uma questão de coerência, votará contra todas as matérias relacionadas com a APAL.

Para responder às questões colocadas, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que explicou que os números relativos a água, saneamento e resíduos sólidos estão a ser apurados em conjunto pelo departamento financeiro da APAL e pelo departamento financeiro do Município, dado que ainda há contas a afinar entre as duas entidades. Esclareceu que o relatório de contas, quando apresentado, refletirá o montante efetivamente gasto pelo Município.

Adiantou que, antes da integração na APAL, o Município registava um défice anual de cerca de 1.100.000 euros nestas áreas, resultando num resultado negativo constante. Atualmente, esse défice foi reduzido para menos de metade, representando um ganho significativo. Referiu ainda que, para fazer face a compromissos assumidos até ao final do ano, houve necessidade de reforçar algumas rubricas orçamentais, informação que será detalhada oportunamente no âmbito do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Ponto 07 - Discussão e votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP's) da APAL-SIM para o ano de 2026

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (Grupo Municipal da CDU) e 6 votos abstenções (Grupo Municipal do Chega), **aprovar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP's) da APAL-SIM para o ano de 2026.**

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara explicou que o orçamento apresentado tem um incremento em relação ao orçamento de 2025, passando de 13 milhões para 17.360.000 euros, sendo 13.458.000 euros de despesa corrente e 13.812.000 euros de capital. Referiu que se trata de um orçamento e grandes opções do plano ambiciosas, considerando que a APAL-SIM tem apenas um ano e meio de existência e ainda não atingiu a sua plenitude, pelo que os investimentos ainda não começaram a aparecer plenamente. Esclareceu que relativamente ao Sabugal, estão aprovados na ITI da CIM 1,5 milhões de euros para o ciclo urbano da água, cujo dinheiro será canalizado para a APAL, com execução pela APAL-SIM. Destacou que o orçamento inclui investimentos no saneamento da Quarta-feira, de Rebelhos e da Aldeia da Dona, perfazendo mais de 1,5 milhões de euros, e que, embora o financiamento não seja integral, este se situa na ordem dos 90% devido às majorações aplicáveis aos sistemas agregados, o que foi um dos motivos para a agregação dos municípios, permitindo taxas de financiamento mais atrativas.

Referiu ainda investimentos complementares, nomeadamente na Quarta-feira e no Dirão da Rua, no valor de 155 mil euros cada, e outros investimentos menores incluídos nas grandes opções do plano. Salientou que se prevê iniciar em breve a instalação de 26 zonas de medição (ZMCs) para melhorar o controlo de perdas, fugas e roubos, otimizando o sistema. Informou que o município de Fornos de Algodres já manifestou a adesão e poderá ser seguido por Penamacor e Almeida, aumentando o território abrangido pela APAL-SIM para cerca de 1.900 km², abrangendo 93 freguesias e aproximadamente 61 mil consumidores, permitindo maior eficiência, melhor qualidade da água e do saneamento e redução das perdas significativas atualmente existentes.

Neste ponto verificou-se a intervenção do:

Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso referiu que, relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da APAL-SIM para o ano de 2026, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta. Registou como aspeto positivo o aumento da previsão de receitas provenientes da participação comunitária em projetos cofinanciados, no valor de cerca de 2.718.000 euros, salientando que no orçamento de 2025 esse valor se situava em cerca de um milhão e tal euros, o que representa uma melhoria significativa.

Destacou igualmente que o orçamento da APAL contempla um conjunto de investimentos a realizar no concelho, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre quais as freguesias ou localidades em que serão concretizadas as obras previstas.

Por fim, chamou a atenção para a rubrica “taxas, multas e outras penalidades”, cuja previsão de receita é de 16.600 euros para os quatro concelhos, considerando o valor reduzido e questionando se não poderá estar a ser descurada a fiscalização de ilegalidades, as quais acarretam custos elevados para as autarquias.

O Sr. Filipe Nunes referiu que a obra recente da Rua António José de Almeida foi adjudicada e representa uma despesa do município, englobando três infraestruturas: saneamento, águas pluviais e abastecimento. Salientou que o valor a investir pelo município, ainda em apuramento, será ressarcido pela APAL-SIM, que posteriormente será a gestora da infraestrutura. Referiu que a mesma lógica se aplica a outras obras que o município venha a executar, incluindo projetos na zona de localização empresarial.

Grupo Municipal do Partido CHEGA:

A Sr.^a Sara Gonçalves, questionou se todo o município do Sabugal terá, de facto, uma rede pública geral de saneamento básico e se não surgirão futuras necessidades de revisão do orçamento, como a recentemente aprovada. Referiu que o Grupo Municipal do Partido Chega não se considera suficientemente crente para conceder carta branca ao Conselho de Administração, nem suficientemente cético para impedir os propósitos apresentados, pelo que iriam abster-se na votação.

Grupo Municipal da CDU:

O Sr. João Manata referiu que existem duas questões preocupantes: uma delas é o transvase de água entre bacias, e a outra é que os consumidores estão a suportar uma fatura elevada devido a esta situação. Manifestou a sua defesa pela reversão da gestão das águas para a Câmara, e declarou que, em consequência, tudo o que seja da APAL receberá o seu voto contra.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu às questões colocadas pelo Sr. João Manso relativamente à fase dos projetos da rede de águas. Informou que a intervenção abrangerá a rede de saneamento da Quarta-feira, de Rebelhos e de Aldeia da Dona, sendo que outras intervenções estão incluídas na rubrica genérica de investimentos. Especificou que a obra na Quarta-feira encontra-se em fase de adjudicação, enquanto o prolongamento em Aldeia da Ponte e a Adutora em Dirão da Rua ainda será lançado.

Respondeu também a questões sobre obras em curso, colocada pelo Sr. Filipe Nunes, nomeadamente a requalificação da Rua António José de Almeida e Nuno de Montemor, com um montante previsto de 123 mil euros a ser ressarcido pela APAL à Câmara; Aldeia do Bispo, em termos de águas pluviais, com um investimento de 65 mil euros; Sabugal, Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso, com 137 mil euros; e Aldeia da Ribeira, com 27 mil euros. Salientou que sempre que houver intervenção em obras que impliquem água, saneamento ou águas pluviais, o investimento será integralmente custeado pela APAL.

Informou que os três projetos principais estão praticamente prontos e que a empreitada será lançada no início do ano, no primeiro trimestre, com a respetiva candidatura, sendo a execução da obra responsabilidade da APAL e não da Câmara.

Numa segunda ronda, interveio novamente:

O Grupo Municipal do PS:

O Sr. Vítor Cavaleiro agradeceu a palavra e referiu que a questão da APAL-SIM é muito séria, embora reconheça que a adesão à APAL permite obter economia de escala. Salientou, porém, que a gestão da água deve respeitar os limites das bacias hidrográficas, alertando que alguns projetos abrangem bacias diferentes, como o exemplo de Fornos de Algodres e da bacia do Mondego, ou casos excecionais como o transvase entre a bacia hidrográfica do Côa e a Barragem da Meimoa.

Assinalou ainda preocupações com a Idanha e a barragem da Meimoa, e que o município do Fundão criou a sua própria empresa de águas, uma vez que anteriormente recebia água de cursos de água geridos por APAL-SIM, como os de Sabugal, Meimoa e Monte Bispo.

O Grupo Municipal do PSD:

Ponto 08 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal da APAL-SIM para o ano de 2026

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (Grupo Municipal da CDU) e 18 votos abstenções (Grupo Municipal do Chega e Grupo Municipal do PS), **aprovar a Proposta de Mapa de Pessoal da APAL-SIM para o ano de 2026.**

Pelo Senhor Membro da Assembleia, Pedro Figueiredo, em representação do Grupo Municipal do PS, foi apresentada declaração de voto, cujo teor se encontra registado no Anexos 11.

Sobre este ponto o Sr. Presidente da Câmara explicou que o número de 149 funcionários foi previamente aprovado pela Assembleia no Acordo de Gestão, representando o máximo permitido. Informou que o quadro de pessoal já inclui algumas entradas diretas para a APAL-SIM, bem como as transferências de funcionários em mobilidade dos municípios: cerca de 40 a 50 da Guarda, 15 do Sabugal, 11 de Celorico da Beira, 2 de Manteigas e 8 de Fornos de Algodres, além de outros lugares criados pela APAL. Referiu que, neste momento, 94 lugares estão ocupados e 55 permanecem por preencher.

Neste ponto verificou-se a intervenção do:

Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso referiu que, relativamente ao mapa de pessoal da APAL-SIM, o Grupo Municipal do Partido Socialista iria abster-se na votação. Recordou que, dos 149 postos de trabalho aprovados, 94 estão atualmente providos, restando cerca de 55 por ocupar, distribuídos da seguinte forma: 4 para a administração geral, 29 para a divisão de exploração e gestão de ativos e projetos e 22 para a divisão administrativa, financeira e comercial.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as condições de trabalho dos funcionários, incluindo equipamentos de proteção, maquinaria, veículos, instalações, cantina e salas da autarquia, e sobre a forma como se calculam rendas ou utilização de veículos da autarquia por funcionários da APAL-SIM.

Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O Sr. Nuno Simões de Melo referiu que o mapa de pessoal prevê a existência de quase 150 funcionários. Recordou um artigo de há mais de 20 anos, publicado por um conhecido economista, que até foi Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente da República, que comparava o crescimento da administração pública como o monstro que tínhamos de alimentar e cujo apetite era devorador. Sendo nessas estruturas, que o monstro vai crescendo e tornando-se de tal maneira insaciável que um dia não teremos comida para o satisfazer. Salientou que, apesar de a APAL-SIM ser uma estrutura recente, com apenas um ano e meio de funcionamento, o Partido Chega não pode votar favoravelmente, optando pela abstenção.

Para responder às questões colocadas o Sr. Presidente da Assembleia concede a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que respondeu ao questionamento do Sr. João Manso sobre os

custos com pessoal, referindo que são custos elevados e com grande peso no orçamento, mas necessários para a execução das tarefas da APAL-SIM, incluindo recursos humanos qualificados. Esclareceu que os antigos funcionários da Câmara do Sabugal dispõem de dois espaços: um espaço de atendimento na Câmara, pelo qual a APAL paga renda, e outro alugado diretamente à Associação Humanitária de Bombeiros, destinado a veículos e estaleiro.

Informou que todos os veículos serão caracterizados com o logotipo da APAL e passar para a propriedade desta, estando a decorrer o processo de transferência da documentação.

Quanto às condições de trabalho, os funcionários dispõem atualmente de todos os equipamentos necessários para executar as suas funções. Embora ainda não tenham fardamento oficial da APAL-SIM, este será fornecido em breve. Esclareceu que, enquanto a APAL recorrer a recursos do município, os custos são registados contabilisticamente por meio de folhas de obra, permitindo autonomização financeira da APAL e acompanhamento detalhado das despesas. O objetivo é que a APAL se torne totalmente autónoma em relação aos municípios, embora, temporariamente, recorra a equipamentos e espaços municipais.

Ponto 09 - Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia informou que havia quatro pedidos de intervenção, estabelecendo o limite máximo de cinco minutos para cada membro.

Foi concedida a palavra ao:

Sr. Daniel Janela Afonso, que iniciou a sua intervenção propondo que fossem consideradas homenagens a personalidades que marcaram a vida social do concelho, nomeadamente:

- Dr. António Luís Serra;
- Dr. Horácio Alexandrino;
- Dr. Carlos Almeida;
- Helga Moreira.

Solicitou que as propostas fossem analisadas pelo Sr. Presidente da Assembleia e pelo Executivo Municipal para posterior implementação.

Sr. Virgílio Janela Afonso que levantou três questões:

- Estrada Guarda-Sabugal: solicitou informações sobre a fase concreta do projeto.
- Zona Empresarial do Alto Espinhal: questionou sobre a legalização do espaço e o interesse de empresas em instalar-se na zona.
- Certificação do Bucho e da Morcela: pediu esclarecimentos sobre a atuação da Confraria do Bucho Raiano.

Sr. João Nunes que apresentou duas questões e uma nota final:

1. Prevenção de incêndios

- Manifestou satisfação pela atuação dos bombeiros do Sabugal, felicitando-os pelos testes realizados nas bocas de incêndio, demonstrando preocupação com a prevenção e combate a incêndios. Sugeriu que estas ações fossem alargadas às demais freguesias. Questionou o Executivo, sobre medidas concretas já adotadas para prevenção de incêndios.

2. Sinalização horizontal

- Recordou que, enquanto Presidente da Junta de Lageosa e Forcalhos, em fevereiro, questionou a Câmara sobre a remarcação da sinalização horizontal e sugeriu um plano de manutenção periódica. Alertou que, com a chegada de um novo inverno, a sinalização ainda se encontra em condições deficientes (“a negro”) e solicitou atualização sobre o ponto de situação do processo.

3. Nota final

- Enfatizou a importância de valorizar a vida no concelho do Sabugal, nas aldeias, localidades e quintas, apesar das dificuldades. Destacou a necessidade de reconhecer o passado, o presente e o futuro do concelho, incentivando crítica construtiva, mas também valorização das conquistas locais.

O Sr. António Luís Miranda Santos Serra interveio sobre o atendimento permanente no Centro de Saúde do Sabugal, defendendo que se trata de um direito e não de um luxo. Afirmou que o centro de saúde não pode encerrar em horário útil e que não existe qualquer justificação técnica, legal ou ética para que tal aconteça.

Sustentou que o eventual encerramento do centro de saúde em horário útil representa desigualdade territorial, desproteção e abandono, referindo que não existe qualquer norma legal que imponha o encerramento de um centro de saúde na ausência física de médico, tratando-se antes de decisões administrativas internas que, no seu entender, não têm em conta a realidade do concelho do Sabugal.

Defendeu que os enfermeiros possuem formação, competência e autonomia legal para assegurar cuidados essenciais, estabilizar doentes e acionar meios de emergência, estando habilitados em suporte básico de vida e, em alguns casos, em suporte avançado de vida, ainda que este último dependa de orientação médica.

Considerou que o encerramento do atendimento permanente agrava a desigualdade territorial, transmite uma mensagem de desvalorização da população e contribui para a desertificação do território.

Dirigindo-se aos autarcas, apelou ao exercício da legitimidade democrática conferida pelo povo do Sabugal para defenderem os interesses do concelho, solicitando formalmente que a Assembleia Municipal, através do seu Presidente, requeira ao Sr. Presidente da Câmara informação atualizada sobre:

- O eventual encerramento do Centro de Saúde em horário útil, em dias úteis;
- A possibilidade de cessação do atendimento permanente 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Concluiu afirmando que o Sabugal não pede privilégios, mas sim respeito, igualdade e o cumprimento do que a Constituição garante.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos relativamente às questões apresentadas:

- **Estrada Guarda-Sabugal:** Informou que o projeto se encontra ainda na fase de análise pelas Infraestruturas de Portugal, incluindo estudos de impacto ambiental e de tráfego, bem como a obtenção de pareceres necessários. Salientou que se encontram em curso reuniões de acompanhamento permanente para acelerar o processo, mas não indicou datas concretas para o início da empreitada, devido à complexidade do processo e às expropriações a cargo dos municípios.
- **Zona Empresarial do Alto Espinhal:** Esclareceu que quatro empresas já se instalaram, mesmo antes da conclusão do loteamento, e que atualmente existem solicitações para ocupação adicional. Reforçou que a empreitada está em curso e que o espaço será disponibilizado para interessados.
- **Certificação do Bucho e da Morcela:** Confirmou que foi submetido pedido de denominação de especialidade tradicional garantida (ETG) através da PRORAIA, estando em curso o desenvolvimento do processo, incluindo candidatura, formação e apoio aos produtores.
- **Prevenção de incêndios:** Destacou que os bombeiros cumprem o protocolo celebrado com o município, incluindo verificação das bocas de incêndio e reporte de irregularidades.

Referiu que estão previstos 4 milhões de euros para prevenção de incêndios e gestão das faixas de combustível, devendo as Juntas de Freguesia cumprir com a limpeza obrigatória.

- **Sinalização horizontal:** Informou que o plano de manutenção e repintura da rede viária contempla 151 mil euros + IVA, sendo que a execução será realizada assim que houver condições climáticas adequadas.
- **Atendimento permanente no Centro de Saúde do Sabugal:** Reafirmou que o SAP não encerrará o serviço, destacando que o Centro de Saúde possui pessoal qualificado em articulação com a ULS para garantir atendimento essencial. Garantiu que todas as questões reportadas serão encaminhadas por escrito para acompanhamento e esclarecimento futuro.

Terminou informando os presentes que a próxima sessão realizar-se-á dia 27 de fevereiro.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e vinte minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata d

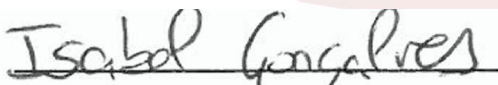
deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada por Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrou e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, _____

Assinado por: **Manuel Augusto Meirinho Martins**
Num. de identificação: 06626219
Data: 2026.03.27 08:31:51 +00:00

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, _____



Isabel Gonçalves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 06/2025 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2025

Anexo 1

Proposta de alteração ao Regimento

1. Justificativo

Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, este pode ser alterado por iniciativa da Mesa da Assembleia.

Considerando que:

A) Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º, os «*Membros eleitos, bem como os presidentes de junta de freguesia eleitos por cada partido ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores, podem constituir-se como grupos municipais*»;

B) Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º, é «*competência dos grupos municipais o agendamento de assuntos de interesse relevante para o município e no quadro das competências da Assembleia, a incluir na ordem do dia...*»;

Considerando que a formulação da alínea b) do artigo 43.º: «*Cada Grupo Municipal tem direito a agendar anualmente assuntos na ordem do dia, em número correspondente à proporção da sua representação na Assembleia considerando os membros eleitos diretamente...*» **impede, na prática, o exercício de tal direito a um grupo municipal constituído exclusivamente por presidentes de junta de freguesia eleitos em listas de grupos de cidadãos eleitores;**

2. Proposta de alteração

A Mesa da Assembleia Municipal do Sabugal, propõe a alteração à alínea b) do artigo 43.º do Regimento, que passa a ter a seguinte redação:

Cada Grupo Municipal tem direito a agendar anualmente assuntos na ordem do dia, em número correspondente à proporção da sua representação na Assembleia, nos termos do anexo ao Regimento sobre a distribuição dos tempos de intervenção de cada grupo, o qual será atualizado no início de cada mandato.

Sabugal, 19 de dezembro de 2025

Manuel Meirinho Martins – Presidente

Germano Fernandes – 1.º Secretário

Idalina Mendes Lopes – 2.º Secretário.”

Anexo 2

Voto de Saudação proposto pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Voto de Saudação

Assunto: Voto de saudação pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975

No dia 25 de novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajetória democrática. Num contexto de imensa instabilidade política, social e militar, o período do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), deu-se uma viragem que permitiu assegurar a autoridade do Estado democrático e libertar o país da tensão crescente entre forças radicais e moderadas. Após o verão quente de 75, o 25 de novembro revelou-se o verdadeiro dia em que Portugal e os portugueses finalmente conquistaram a democracia.

A importância deste dia reside não apenas na sua circunstância imediata, o controlo da crise militar, a reafirmação do mandato democrático das instituições civis, a garantia de que o caminho iniciado na Revolução de 25 de Abril de 1974 continuaria, mas também no seu valor simbólico como momento de estabilização da Democracia portuguesa.

Este ano, como marco do 50.º aniversário, o Estado português decidiu dar à data uma assinalável visibilidade institucional, tendo sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que determinou a realização das comemorações do cinquentenário e a criação de uma Comissão específica para o efeito. Além disso, pela primeira vez com contornos solenes no Parlamento, a Assembleia da República assinalou oficialmente o 25 de novembro como data de memória democrática, o que sublinha o seu reconhecimento formal como momento fundacional da estabilidade democrática em Portugal.

Assim, celebramos e saudamos o 25 de novembro como um dia de reafirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, da legalidade democrática e da convivência cívica. Saudamos aqueles que, num tempo incerto, defenderam que a abertura de abril não devia transformar-se numa deriva caótica ou autoritária, mas antes num regime democrático plural. Saudamos o triunfo da moderação, da legalidade e da possibilidade de discussão política livre.

Que este 50.º aniversário sirva não só para recordar os acontecimentos de 1975, mas para refletir sobre o nosso presente e futuro, sobre o compromisso coletivo com a democracia, sobre a participação ativa dos cidadãos, sobre os espaços de liberdade que construímos, e que devemos preservar. Celebremos, com orgulho e responsabilidade, este dia que reafirma que, em Portugal, a liberdade conquistada em abril encontrou o seu firme complemento em novembro.

Celebrar o 25 de novembro é recordar que a democracia tem inimigos, antigos e novos, e que a defesa da liberdade exige vigilância permanente e é da responsabilidade de todos.

Da esquerda totalitária de 1975 às novas formas de autoritarismo cultural, político ou institucional de hoje, todos aqueles que tentem silenciar adversários políticos devem ser combatidos. Neste dia histórico devemos ainda saudar os heróis de novembro, nomeadamente os Comandos, sob a liderança determinada do Tenente-Coronel Jaime Neves, que impediram que as forças da extrema-esquerda antidemocráticas impusessem, pela força, um regime totalitário de inspiração marxista-leninista, semelhante aos que então vigoravam em Cuba, China, Coreia do Norte ou União Soviética, assim como Pires Veloso e os seus homens no norte e o refúgio da Base Aérea da Cortegaça, onde milhares de civis e militares se juntaram e constituíram um verdadeiro muro, garante de uma alternativa, caso assim fosse necessário.

O 25 de Novembro foi o momento em que Portugal disse CHEGA ao extremismo e à tentativa de subverter a vontade popular.

Assim, os eleitos do Partido Chega saúdam com profundo respeito, todos os militares e civis que garantiram a vitória da liberdade no 25 de novembro;

Enaltecem a coragem daqueles que impediram que Portugal caísse nas sombras do totalitarismo marxista;

Condenam qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, incluindo iniciativas que pretendam ilegalizar forças políticas legitimadas pelo voto popular e

Reafirmam a sua determinação em defender os valores democráticos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

25 de novembro, sempre. Comunismo nunca mais!

A ser aprovada, o presente voto de saudação deverá ser remetido a:

Serviços da Câmara Municipal do Sabugal;

Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho do Sabugal;

Órgãos de comunicação social local.

Sabugal, 19 de dezembro de 2025

O Grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal do Sabugal. ”

Anexo 3

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, Carlos Borregana

“Voto de saudação 25 de novembro

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia.

Vamos responder ao voto de saudação que corresponde ao texto apresentado nos documentos do expediente e não à apresentação agora realizada.

Na passada semana, a escritora Lúcia Jorge foi congratulada com o Prémio Pessoa, que distingue personalidades que se destacam nas áreas da ciência, das artes e da literatura. A obra de Lúcia Jorge debruça-se sobre as questões da nossa relação com o passado e com a nossa história, com a ideia da nossa portugalidade e com a nossa relação com as nossas próprias fragilidades.

Estava aqui sentado na bancada a pensar qual seria o sentido de voto da Lúcia Jorge relativamente a esta saudação e concluí que não poderia votar favoravelmente.

Vou ler, então, a intervenção que preparámos, para que os termos sejam exatamente aqueles que queremos referir e para que o conteúdo não seja traído pelas emoções próprias do discurso oral.

A bancada do PSD saúda todos os momentos que celebrem a democracia naquilo que ela representa enquanto espaço de liberdade, de solidariedade e de respeito pela dignidade humana de todos os cidadãos, independentemente da sua raça, da sua etnia, do sexo, da orientação sexual, da religião ou das suas convicções filosóficas.

Assim, saudamos o 25 de novembro enquanto momento histórico que clarificou o processo iniciado na madrugada do 25 de Abril, materializado na Constituição de 1976 e, mais tarde, na decisiva revisão de 1982.

Clarificaria esta querela do nosso espectro político, deixando a vitória da democracia sobre a ditadura para o 25 de Abril e o esforço do país para assegurar essa democracia para o 25 de novembro. Independentemente da forma como se aceite esta ou outra definição destes dois momentos, independentemente das aproximações e rejeições da direita e da esquerda a estas realidades, elas não se compadecem com qualquer instrumentalização que as transforme em armas de arremesso para ajustes de contas, revanchismos políticos ou de outra natureza, ou quaisquer divisões que culminem em realidades contrárias à natureza da própria democracia.

Não obstaculizamos, portanto, que o 25 de novembro se celebre com a dignidade que o executivo lhe entenda por bem conferir e só lamentamos que esta abertura não seja unânime no coletivo político. Relativamente ao 25 de Abril, espero que progressivamente a direita assuma para si aquilo que

sempre deveria ter sido também seu. Não é compreensível a timidez com que sempre o fez.

Por tudo o que aqui expusemos, não pudemos aceitar este voto de saudação nos termos em que ele é apresentado. À ausência da empatia universal que se lhe impunha somam-se inúmeras contradições e um desconcertante ambiente de hipocrisia, que se torna insanável e insuportável.

Quando se afirma que, cito:

Libertar o país da tensão crescente entre forças radicais e moderadas.

Dito pelo partido que representa o radicalismo e o divisionismo da forma extrovertida que todos conhecemos.

Quando se fala no momento de estabilização da democracia portuguesa, dito pelo partido que hoje mais desestabiliza a nossa democracia.

Quando saúdam o triunfo da moderação, da legalidade e da possibilidade de discussão política livre, sendo eles próprios representantes do radicalismo e da proliferação de informações enviesadas.

Quando falam nos antigos e novos inimigos da democracia, sabendo que muitos dos seus apoiantes são saudosistas do Estado Novo e eles próprios corporizam os maiores perigos para a democracia.

Quando descrevem o momento em que Portugal disse chega ao extremismo, fazendo uma colagem do seu partido ao 25 de novembro por pura afronta à esquerda.

Quando terminam com aquele grito que é a súmula clara do objetivo da saudação: bipolarizar, entrincheirar e dividir, em vez de propor uma união em torno dessa realidade histórica que a todos nos devia engrandecer.

Quando dizem tudo isso, não estão a honrar o 25 de novembro e, por isso, votaremos contra esta saudação.

Muito obrigado!”

Anexo 4

Intervenção do Sr.º João Manso - Voto de saudação pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975

O Partido Socialista tem uma ligação histórica e efetiva aos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 25 de novembro de 1975, vendo-os como uma grande vitória da esquerda democrática que consolidou a liberdade em Portugal, contra derivas radicais de esquerda e de direita que se tentaram impor após o 25 de abril de 74.

O Partido Socialista do Mário Soares e de outros democratas portugueses estiveram entre os obreiros e vencedores do 25 de novembro, pelo papel determinante que os socialistas tiveram na estabilização do regime democrático.

Celebrámos, aliás, os 50 anos do 25 de novembro, com uma sessão evocativa na nossa sede nacional, marcada pela memória e pela responsabilidade democrática e por uma leitura histórica clara e que enaltece o papel dos socialistas na defesa da liberdade.

Nos tempos atuais continuaremos a ser o garante do regime democrático, sem cedências a extremismos ou revisionismos.

Dito isto, queremos tornar claro que o Partido Socialista recusa embarcar em iniciativas e posicionamentos políticos que visam dividir os portugueses e reescrever a história ignorando o papel dos socialistas.

O Partido Chega que hoje se afirma o arauto da defesa da democracia e quer reivindicar para si os louros do 25 de novembro, é o partido herdeiro daqueles que nesse dia histórico tentaram levar o país a uma deriva de direita tentando restringir o pluralismo democrático, incluindo a ilegalização de forças políticas de esquerda que estavam legitimadas pelo voto popular.

O 25 de novembro deve ser celebrado pela vitória da democracia e a derrota das vias totalitárias de esquerda e de direita que se pretendiam afirmar e destruir a nossa, então, jovem democracia.

Nestes termos, o Partido Socialista não acompanha os termos que fundamentam o voto da saudação do Grupo Municipal do Partido Chega ao 25 de novembro.”

Anexo 5

Intervenção do Sr.º Germano Fernandes – Período Antes da Ordem do Dia

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sabugal,
Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sabugal e demais membros do Executivo Municipal.
Senhoras e senhores.*

Em 6 de dezembro de 2025, decorreu na cidade de Lamego, o 5º Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, que em nome da Assembleia Municipal de Sabugal e em representação do Sr. Presidente da mesma, participei.

Os trabalhos decorreram com eficácia e regularidade.

A moção apresentada com o título: Horizonte 2029, da responsabilidade de Fernando Santos Pereira, consagra dois objetivos fundamentais. O primeiro visa a afirmação das Assembleias Municipais como centro do poder local democrático. Com muitas e diversas intervenções quanto à necessidade e vantagens, da existência de orçamentos próprios, da existência de gabinetes de apoio e instalações, de valorização dos eleitos locais, com formação de sistemas da Associação Nacional das Assembleias Municipais em Rede, de pareceres em articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, da criação da Biblioteca Digital Autárquica, e da criação de gabinetes de estudos. O segundo visa a afirmação da Associação das Assembleias Municipais como parceiro institucional, com análise e discussão nos seguintes pontos de intervenção: Obter o reconhecimento do Estado como parceiro, aprofundar o relacionamento com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e com a Associação Nacional das Freguesias, consagração legal das Assembleias Municipais Jovens, consolidar Assembleias Municipais Temáticas, valorização do relacionamento com as entidades protocoladas e lançar a Associação Nacional das Assembleias Municipais de proximidade.

Nas intervenções quanto às vertentes dos dois objetivos, foram relatadas as experiências em curso, dificuldades de funcionamento e de afirmação das Assembleias Municipais, designadamente da legislação. em que se abordou a necessidade de reforço das competências, da alteração da lei das autarquias locais, da Lei das Finanças Locais, da lei eleitoral, do estatuto dos direitos locais e outras.

No encerramento do Congresso, O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, na sua intervenção, informou da sensibilidade do Governo para atualizar a legislação autárquica, designadamente a lei eleitoral que permitem executivos municipais meritórios e também da composição da Assembleia Municipal pelos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia.

Foi eleito Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, o subscritor da moção, o Sr. Fernando Santos Pereira, Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, cuja composição, a Assembleia Municipal de Barcelos, é de 131 membros.

A moção e as conclusões podem ser consultadas no site da Associação Nacional das Assembleias Municipais: www.anam.pt.

Muito obrigado.”

Anexo 6

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, Carlos Borregana – Período Antes da Ordem do Dia

“Vigésimo Sétimo Congresso da ANMP

Nos passados dias 13 e 14 de dezembro acompanhei o Sr. Presidente da Câmara e o Dr. Germano, em representação da Assembleia Municipal, até à cidade de Viana do Castelo, onde decorreu o Vigésimo Sétimo Congresso da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), e gostaria de partilhar convosco algumas das conclusões mais importantes constantes do relatório final e das várias intervenções que tiveram lugar.

Tal como previsto, o Presidente da Câmara de Pombal, Pedro Pimpão, sucedeu a Luísa Salgueiro na presidência da Associação. Da apresentação dos elementos que integram os vários órgãos conclui-se existir uma diversidade política em toda a sua estrutura, assegurando assim a sua justa representatividade.

Os temas tratados dividiram-se em três grandes eixos: autonomia e descentralização, financiamento local e sustentabilidade e coesão.

Este Congresso, que reuniu autarcas de todo o país, teve como principal objetivo refletir sobre os desafios atuais do poder local e definir prioridades para o mandato 2025–2029. Da discussão resultou uma resolução que exprime uma posição comum dos municípios portugueses.

Um dos pontos centrais dessa resolução é a exigência de uma nova Lei das Finanças Locais, a entrar em vigor até 2027. Como sabem, esta lei chegou a ser projetada para o Orçamento do Estado de 2026, mas, com a queda do Governo, tal já não foi possível. O Primeiro-Ministro, no seu discurso final, assumiu o compromisso de a concretizar até 2027. Os municípios defendem um modelo de financiamento mais justo, mais transparente e mais estável, que reforce a autonomia financeira do poder local e permita corrigir desigualdades territoriais, aproximando Portugal dos níveis médios de partilha de recursos existentes na União Europeia. Pretende-se ainda o aumento da participação dos municípios no IRS e no IVA, bem como a afetação das receitas do IMI, IUC, ISP e do Fundo Ambiental às autarquias.

No domínio da habitação, o Congresso reconhece o esforço significativo feito pelos municípios na elaboração das Estratégias Locais de Habitação, mas alerta para a falta de financiamento adequado para a sua concretização. A ANMP defende, por isso, a criação de um modelo de financiamento estável e previsível, que permita às autarquias responder de forma eficaz às necessidades habitacionais das populações.

Relativamente aos serviços públicos essenciais, os municípios manifestaram grande preocupação com o aumento dos custos, em particular com a Taxa de Gestão de Resíduos, considerada inoportável. A resolução aprovada exige a contenção desta taxa e a devolução integral das verbas pagas ao Fundo Ambiental.

O relatório final reforça ainda a necessidade de aprofundar a descentralização administrativa, entendida como um elemento fundamental da reforma do Estado e da melhoria da qualidade dos serviços públicos. Numa intervenção muito determinada, o Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, lembrou que os autarcas não são empregados do Governo, nem pretendem vir a sê-lo, e que qualquer reforma do modelo de governação autárquica tem de refletir essa realidade, bem como o facto de os autarcas serem eleitos pelo povo. Paralelamente, a ANMP mantém na agenda o debate sobre a regionalização, considerando que a criação de regiões administrativas pode contribuir para uma maior coesão territorial e para o combate às desigualdades regionais. O Primeiro-Ministro afastou, contudo, a regionalização nesta legislatura, considerando prioritário o aprofundamento da descentralização.

No âmbito da transição energética, os municípios apelam ao lançamento urgente dos concursos para as concessões de eletricidade em baixa tensão, reconhecendo o papel estratégico das autarquias no desenvolvimento local e na implementação das políticas energéticas.

Por fim, a resolução sublinha a importância da valorização dos trabalhadores da administração local e dos eleitos autárquicos, condição essencial para atrair e reter talento, reforçar a capacidade de resposta dos municípios e garantir um serviço público de qualidade.

Em síntese, o XXVII Congresso da ANMP afirma uma posição clara dos municípios portugueses a favor de mais autonomia, financiamento justo, coesão territorial e reconhecimento do papel central do poder local no desenvolvimento do país.

Muito obrigado!”

Anexo 7

Intervenção da Sr.^a Marisa Martins – Período Antes da Ordem do Dia

“Requalificação da escola secundária do Sabugal.

No dia 29 de outubro de 2025 o governo lançou o concurso para requalificar 237 Escolas sinalizadas com necessidade urgente de intervenção.

A Escola secundária do Sabugal consta desta lista.

Sabemos que o projeto arquitetónico já está feito.

A câmara do Sabugal tem até 30 de junho de 2026 para apresentar a sua candidatura.

Está já foi efetuada Sr. Presidente da Câmara?

Na região centro serão qualificadas 37 escolas e as obras segundo o ministério da educação devem estar executadas no prazo máximo de 48 meses e a empreitada deverá estar concluída até 31 de dezembro de 2029.

Sr. Presidente da Câmara este processo na nossa opinião está a caminhar muito devagar e parece-nos imperativo acelerar o processo para nem sequer se colocar em causa a perda desta oportunidade de financiamento a 100%.”

Anexo 8

Intervenção do Sr.º Germano Fernandes – Período Antes da Ordem do Dia

“Em 12 de outubro de 2025, foram eleitos os atuais titulares dos órgãos do poder local das autarquias, a saber: O Município e a Freguesia.

Investidos no cargo, os Membros do Executivo Municipal, da Assembleia Municipal, das Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia, atento o juramento prestado é dever de cada autarca exercer o mandato em função das atribuições de cada órgão e respetivas competências. A Assembleia Municipal do Sabugal tem uma composição diversificada, com representação política partidária em quatro grupos municipais, e um grupo municipal composto pelos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia eleitos em listas não partidárias, propostas por cidadãos eleitores.

A diversidade do pensamento político e respetiva ação de cada grupo municipal é essencial à democracia, e ao desenvolvimento do poder local e dignificação do órgão a que se pertence.

Que a divergência de opinião não bloqueie a ação no concelho do Sabugal.

A nossa obrigação/dever é a de com rigor, legalidade, lealdade e elegância, analisarmos as posições de todos para alcançarmos o objetivo final, a ponte das posições de uns aos outros, encontraremos uma ideia, uma ação e forma de a desenvolver e realizar o projeto.

Permito-me, com a vossa boa vontade e compreensão falar da Ponte, da Fonte e do Castelo do Sabugal. Quando era criança, em deslocações ao Sabugal, designadamente em dias de feiras e mercado, onde tudo se vendia e comprava, era um grande centro comercial, atravessei a Ponte do rio Côa, vi a Fonte do Largo e o Castelo altaneiro de 5 quinas e, alguém me disse em jeito de poesia que tudo era obra do Rei D. Dinis, Lavrador, que concedeu carta de foral ao Sabugal em 1296. Informação essa transmitida na frase seguinte:

Eu, El Rei D. Dinis, fiz tudo quanto quis, numa noite: Ponte, Fonte e Castelo, tudo fiz.

Esta frase com rima nunca me saiu da memória. Ao tempo, achei quase impossível, mas na minha inocência de criança até pensei: Se era Rei, podia.

Hoje, meus estimados colegas autarcas temos a Ponte, a Fonte e o Castelo. Que haja ponte entre as ideias e posturas de cada um. Que dessa diversidade surja uma decisão fonte que todos acolham e considerem para se realizar a obra, o projeto – o Castelo.

A nossa eleição é legítima, resulta do voto popular, sendo essa legitimidade condição necessária à legitimidade do exercício da função. Só honrando os compromissos eleitorais no respeito pela legalidade teremos a legitimidade do exercício. Podemos criar a fonte, ideia gerada pelo debate democrático das ideias que resulte da ligação que a ponte permita para o projeto. Bem sei que da necessidade de alterar a lei eleitoral autárquica que permita executivos municipais

maioritários, que o Presidente da Assembleia Municipal seja o primeiro candidato da lista mais votada, da Lei das Autarquias Locais que considere a diversidade e as características próprias de cada uma das autarquias, da alteração da Lei das Finanças Locais com reforço de recursos de combate às assimetrias regionais e da alteração do Estatuto dos Eleitos Locais e outros diplomas autárquicos.

Construir o futuro com pontes de ligação de ideias e projetos, com fontes de ações globais da responsabilidade de todos e a construção dos castelos que desenvolvam o concelho com bem-estar e autoestima para todos.

O Regimento Municipal prevê o agendamento de assuntos pelos grupos municipais. Que nenhum grupo municipal fique ausente desse dever.

A todos os sabugalenses apresento cumprimentos e votos de bom Natal e bom Ano Novo, com excelentes vivências familiares, com regozijo pelas iniciativas de celebração da quadra natalícia em cada uma das nossas localidades, com especial destaque e aplauso merecido para o Presépio do Sabugal.”

Anexo 9

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara

Ponto 1 e 2 da Ordem de Trabalhos – Orçamento para 2026 e Grandes Opções do Plano 2026-2031

Os Documentos Previsionais foram elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos para o ano 2026, aprovados em reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2025.

A definição dos objetivos de gestão decorre da missão e visão definida, da revisão do Plano Estratégico Sabugal 2035 e da sua interceção com as oportunidades de financiamento resultantes, do arranque do novo Quadro de Financiamento Comunitário 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência, da I.T.I. - Intervenção Territorial Integrada e do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – PE@CIMBSE 2030, do Plano de Cooperação Transfronteiriço e das redes colaborativas temáticas em que o Município participa. PróRaia, das estratégias PROVERE da Associação das Aldeias Históricas de Portugal, da Associação das Termas de Portugal, do iNature (Áreas Protegidas), da Associação de Municípios da Cova da Beira (Ordenamento, Ambiente, Energia e Proteção Civil), do INTERREG, da Comunidade de Trabalho BINSAL, da Rede de Judiarias de Portugal, da Associação Territórios do Côa, da AIGP (Área Integrada de Gestão de Paisagem), da Cogestão RNSM, do CETS (Carta Europeia do Turismo Sustentável com os Municípios de Almeida e Penamacor, ICNF e Turismo de Portugal)

A definição dos objetivos estratégicos assenta na missão, na visão e nos desafios a enfrentar e que se apresentam:

- 1) **Missão: Promover** a coesão e competitividade territorial, **valorizar** as pessoas, **preservar** o património cultural e a identidade local e **melhorar** a qualidade dos serviços prestados.
- 2) **Visão: Conter** o despovoamento, **atrair** investimentos que criem emprego e fixem população no concelho, **assegurar** o desenvolvimento e a contínua elevação da qualidade de vida dos cidadãos, **apostar** no equilíbrio ambiental e na eficácia dos recursos, **reforçar** a sustentabilidade e a resiliência, **reforçar** a qualificação do espaço público e **promover** a reabilitação urbana.

- 3) Dos **novos desafios e cenários conjunturais**, bem como da consulta aos serviços municipais e recolha de contributos em matéria de projetos a desenvolver em 2026.

Decorrente da missão e da visão definidas, os objetivos estratégicos para 2026 são os seguintes:

- 4) **Proporcionar aos Municípes melhores condições de vida,**
- 5) **Valorizar o território na sua componente interna,**
- 6) **Valorizar o território na sua componente externa,**
- 7) **Valorizar o território, apoiando a rede de agentes económicos e sociais do concelho,**
- 8) **Preservar a identidade territorial e urbanística,.**
- 6) **Promover uma estratégia de desenvolvimento sustentável,**
- 7) **Dinamizar a afirmação concelhia**
- 8) **Capacitar o território de infraestruturas turísticas.**

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2026 e seguintes foram elaborados no sentido da dinamização económica e social, apostando em investimentos suscetíveis de promover a atratividade territorial e de fomentar novos investimentos geradores de mais e melhores oportunidades de emprego no território concelhio e de manutenção da já debilitada economia do nosso Concelho.

Felizmente que a situação económica e financeira equilibrada das contas municipais permite avançar com investimentos criteriosos, indispensáveis para garantir a melhoria das infraestruturas e a prestação dos serviços básicos essenciais e canalizar todos os recursos disponíveis para continuar a construir um Concelho moderno, qualificado e atrativo.

Como é já habitual, contaremos sempre com o saldo de gerência do ano anterior (2025), para reforçar ações e projetos insuficiente dotados no Orçamento Inicial, ou criar novos projetos de oportunidade. Temos consciência dos constrangimentos externos, mas também das opções dos órgãos municipais que em devido tempo deliberaram pela manutenção dos impostos, taxas e preços municipais em valores mínimos. IMI Urbano (0,3); IMI Rústico (0,8), IRS (devolução da participação variável de 5%), taxa de Derrama (0%), Taxa de Direitos de Passagem (0%). Somos um Município com um valor diminuto de receitas próprias.

Salientamos os princípios, ações e projetos a que nos propomos, quer de natureza material quer de natureza imaterial:

- . Dar continuidade às obras e projetos municipais iniciados, transpondo todos os compromissos assumidos;
- . Apostar no desenvolvimento económico com a implementação de sistemas e regulamentos criadores de um ambiente favorável ao investimento (RAIEIM/ Sabugal Invest);
- . Desenvolver medidas de apoio à fixação de jovens, nomeadamente no âmbito da habitação;
- . Elaborar projetos e desenvolver parcerias estratégicas recetoras de fundos e facilitadoras do desenvolvimento (com a ADES e outras do movimento associativo concelhio, nas áreas da agricultura, pecuária, floresta e desenvolvimento rural e turístico);

- . Modernizar e capacitar o quadro de gestão municipal, promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a proximidade com os munícipes, numa ótica do aproveitamento racionalizado dos recursos disponíveis;
- . Modernizar a Administração Municipal. (Administração+ Próxima) através de plataformas de acesso a informação para as juntas de freguesia;
- . Apostar na qualificação dos serviços de proximidade, nomeadamente através da Delegação de Competências e Apoios Diretos às Juntas de Freguesia, reforçando a colaboração com estas, tendo em vista a qualidade de vida nas várias localidades e apoio a projetos dinamizadores da economia local;
- . Participar na elaboração do Cadastro Simplificado BUPI (Balcão Único do Prédio);
- . Consolidação de um conjunto/programa de eventos de promoção, animação e comunicação do património, da identidade, das pessoas, das atividades, dos recursos do Concelho;
- . Valorização dos núcleos históricos, com ações concretas em Sortelha (Plano de animação, promoção e comunicação do PROVERE da AAHP), Alfaiates, Sabugal, Vila do Touro e Vilar Maior.
- . Desenvolver e implementar o Regulamento do Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal (PIRPES), mecanismo administrativo e financeiro para a reabilitação e recuperação do património edificado.
- . Manter em funcionamento o Balneário Termal do Cró, dado ser um equipamento fundamental para o desenvolvimento do concelho;
- . Continuação dos processos de abertura do Sabugal à sua Diáspora e aos processos de aproximação a outros povos e outras culturas (Geminações e Acordos de Cooperação);
- . Reforçar as relações transfronteiriças, alargar as parcerias e aproveitar todas as oportunidades de colaboração, nomeadamente através das convocatórias do POCTEP, à imagem do projeto em desenvolvimento, Comunidade Rural Digital e do TerPat (Aldeias Históricas e Direção de Património da Junta de Castilla y Leon);
- . Manifestar enorme preocupação social, quer por via dos apoios diretos a situações de risco identificadas, quer no apoio a entidades, associações, ou projetos específicos de intervenção social, quer pelo apoio indireto universal e indiferenciado (ex. passes escolares, livros e material escolar, creches, transportes públicos, subsidiação indireta dos serviços municipais, todos eles de reduzida rentabilidade). Pretende-se reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais;
- . Continuar a garantir à população sénior, pessoas com grau de incapacidade maior ou igual a 60% e aos reformados por invalidez os benefícios previstos no âmbito do Regulamento do Cartão Social que, em traços gerais, visa a melhoria das condições económicas, sociais e culturais dos portadores do cartão;
- . Continuar a investir no sistema educativo e na qualidade, desde o berçário ao ensino superior, profissional e sénior em todo o território do concelho, como forma de fixação e captação de famílias e população jovem;

- . Apoiar associações locais na implementação de atividades e projetos diferenciadores, de ocupação de jovens, de promoção do concelho, de valorização de produtos;
- . Lutar por um serviço de saúde pública com qualidade e de proximidade com os utentes, garantindo de forma complementar outras respostas na área da saúde;
- . Manter ou alargar o número de protocolos no âmbito do programa Saúde Mais Próxima com as Juntas de Freguesia;
- . Elaboração/alteração do PARU da ARU da Zona Antiga do Sabugal e Parque Urbano, (Regeneração Rua Dr. Francisco M^o Manso, Reabilitação de edifício e ampliação parque estacionamento – Largo S. Tiago, Centro de Conhecimento – Escola Primária, Requalificação Rua António José Almeida e Nuno Montemor, Praia Fluvial 3^a fase.
- . Infraestruturas de Lazer na Envolvente à Barragem do Sabugal - “Área de Intervenção AI”): Parque de Merendas, Parque Seco/Estaleiro de Canoas, acesso motorizado à água, Snack Bar, Cais Flutuante e Equipamento Infantil.
- . Área de acolhimento empresarial – 2 ZLE (Zona de Localização Empresarial – Alto do Espinhal)
- . Colónia Agrícola – Pólo de Inovação Agro-Rural – 1.^a fase, que enquadra um Centro de Desenvolvimento Agroflorestal e assume-se como o instrumento fundamental de desenvolvimento de um setor agrícola e florestal moderno e competitivo, associado também à implementação do Plano de Fomento dos Recursos Cinegéticos e do Plano Integrado de Utilização da Água.
- . Continuar a implementação de medidas de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Castelos, percursos pedonais e Edifícios Municipais (ESE e ITI - CIM Beiras e Serra da Estrela);
- . Reforço dos apoios e das ações preventivas no âmbito da Proteção Civil Municipal e no âmbito dos protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Sabugal e Soito;
- . Apoiar equipas de sapadores florestais em ações de ordenamento florestal;
- . Manter e qualificar as acessibilidades nas redes viárias municipais do concelho, facilitando o acesso aos transportes, energia e comunicações.

ORÇAMENTO 2026

O **Orçamento** prevê as receitas e as despesas a executar durante o exercício económico, coincidente com o ano civil, e para os quatro exercícios seguintes, é uma previsão da totalidade das receitas correntes e de capital a liquidar e a cobrar e da totalidade das despesas correntes e de capital a realizar.

Previsão da Receita

A previsão das receitas para o próximo ano é de 35.446.205,00 euros e das despesas de 35.446.205,00 euros. A receita corrente deverá atingir um total de 26.263.392,00 euros que suporta a despesa corrente e as amortizações médias (o valor destas suportará despesas de capital).

Prevê-se ainda que sejam arrecadados 9.182.814,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 11.903.726,00 euros.

Em 2026 prevê-se que a receita municipal seja de 35.446.205,00 euros, representando um aumento de 4.470.696,00 euros relativamente à previsão inicial de 2025. Verifica-se um aumento de 2.902.762,00 euros de receitas correntes e um aumento de 1.567.934,00 euros em receitas de capital. Apenas se regista uma diminuição dos valores relativos aos Impostos Diretos, registando-se aumentos variáveis em todas as outras rubricas. Em relação às transferências correntes o aumento verifica-se quer pelo aumento das Transferências diretas do Orçamento de Estado e também na previsão de valores superiores relativos a candidaturas a Fundos Comunitários. Quanto à Venda de Bens e Serviços Correntes existe um aumento generalizado em quase todas as rubricas, o valor relativo às Rendas das Infraestruturas de Água é superior ao de 2025 pois as negociações com as Águas de Portugal estão bem encaminhadas. O valor das Outras Receitas Correntes é influenciado quer por uma previsão de um maior reembolso do IVA, quer pela recuperação de despesas já pagas e re-faturadas ou a re-faturar à APAL, Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento. Em relação às Receitas de Capital o aumento é influenciado sobretudo pela previsão de um maior volume de comparticipação de bens de investimentos por Fundos Comunitários.

Em termos relativos constatamos que a receita corrente representa 74% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 26%.

Previsão da Despesa

A despesa do município em 2026 deverá ser de 35.446.205,00 euros, sendo 23.542.479,00 euros relativos a despesa corrente e 11.903.726,00 euros a despesa de capital, verificando-se um aumento de 4.470.695,00 euros em relação ao previsto para 2025.

O aumento das despesas com pessoal resulta sobretudo do aumento dos vencimentos para 2026 e da mudança de posição remuneratório resultante da avaliação dos trabalhadores e da sua antiguidade, bem como de alguns recrutamentos previstos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026. Em relação às Aquisições de Bens e Serviços o aumento regista-se na maioria das rubricas, sendo difícil destacar alguma. A diminuição de valor dos Juros e Outros encargos resulta da cessão dos créditos da dívida à Águas de Portugal que passaram para o BEI.

Quanto ao aumento do valor de Aquisição de Bens de Capital explica-se sobretudo pelas empreitadas previstas, embora também se tenha inscrito alguma despesa para aquisição de equipamentos. O elevado volume de investimentos é possível pela poupança corrente e pela previsão de financiamentos comunitários.

No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 66%, enquanto a despesa de capital representa 34% da despesa total.

Designação da Rubrica	Anos				Varição 2026/2025
	2025		2026		VALOR
	VALOR	%	VALOR	%	
Despesas Correntes	22 612 696	69,88	23 542 479	66,42	929 783
Pessoal	9 026 529	25,30	9 245 106	26,08	218 577
Aquisição de bens e serviços	10 243 631	36,56	10 584 366	29,86	340 735
Juros e outros encargos	609 073	0,07	353 710	1,00	-255 363
Transferências correntes	2 421 488	6,55	2 879 207	8,12	457 719
Subsídios	1 805	0,33	174 547	0,49	172 742
Outras despesas correntes	310 170	1,07	305 543	0,86	-4 627
Despesas de capital	8 362 814	30,12	11 903 726	33,58	3 540 912
Aquisição de bens de capital	7 392 811	27,17	10 448 619	29,48	3 055 808
Transferências de capital	520 003	0,60	949 140	2,68	429 137
Ativos Financeiros	0	0,00	0	0,00	0
Passivos financeiros	450 000	2,35	505 967	1,43	55 967
TOTAL	30 975 510	100,00	35 446 205	100	4 470 695

Grandes Opções do Plano

Nas **Grandes Opções do Plano** são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o **Plano Plurianual de Investimentos** e as **Atividades mais Relevantes** da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2026.

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 incluem despesa definida no montante de 19.806.440,00 euros e ainda 8.435.874,00 euros de despesa a definir (esta despesa será definida por formalização da aprovação de candidatura a fundos nacionais em fase de aprovação, após assinatura de acordos de colaboração já aprovados, por inscrição do Saldo da Gerência de 2025 e por inscrição de Empréstimo de Médio e Longo Prazo que possa vir a ser contratado.

O Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2026 inclui despesa definida no valor de 10.448.619,00 euros. Nas Atividades Mais Relevantes foi inscrita despesa definida que totaliza 9.357.821,00 euros. Em conjunto os dois documentos preveem um valor total de 19.806.440,00 euros, como já se referiu.

Anexo 10

Intervenção do Sr. Victor Cavaleiro

Ponto 1 e 2 da Ordem de Trabalhos – Orçamento para 2026 e Grandes Opções do Plano 2026-2031

Ponto 1 – Orçamento para 2026

O Orçamento é um documento que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do município do Sabugal para o ano de 2026, contemplando receitas e despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental estipulados no POCAL, RFALEI e no SNC-AP o n.º 1 do art.

46.º do RFALEI esclarece quais os elementos que deverão fazer parte do OM (Orçamento Municipal) e ainda uma normativa de medidas de execução orçamental e proposta das Grandes Opções do Plano (GOP's), onde se encontram todas as despesas do município.

Agradecemos a forma estruturada e clara como elaboraram as diferentes rubricas que integram esta proposta de orçamento para 2026, mas que acaba por ser certamente plurianual.

Analisando a evolução do orçamento municipal para 2026 é um orçamento que não difere dos anteriores, marcada por poucos projetos no anterior quadro comunitário. Com a inclusão de despesas com a descentralização de competências desde 2023 o orçamento tem vindo a aumentar. Contudo, existem despesas relativas a bens a adquirir e transferências de capital (subsídios), concedidos a diversas entidades, desde a particulares, associações e freguesias. Contempla ainda verbas para revisão de preços de obras ainda a decorrer e já concluídas.

De acordo com o princípio de equilíbrio orçamental estabelecido pelo RFALEI, as receitas correntes do município do Sabugal, cobrem as despesas correntes e as amortizações dos empréstimos, não permitindo fazer investimentos mais estratégicos, nomeadamente em investimentos de novas infraestruturas que visam atrair o turismo e o investimento privado e a requalificação de edifícios e infraestruturas variadas, por forma a oferecer melhores condições aos funcionários e munícipes e ao desenvolvimento do território.

Assim, será estratégico que o município enfrente os novos desafios com o aproveitamento de oportunidades oferecidas pelo PRR e pelo Quadro Comunitário.

A atividade do município foi condicionada pelas despesas com os custos com pessoal no âmbito das transferências de competências, bem como as atualizações salariais previstas como já tinha acontecido no passado nomeadamente no último Orçamento 2025.

Esta proposta orçamental para o próximo ano, corre um Vício de forma é mais do mesmo para o município do Sabugal.

É um orçamento sem inovação e condicionante a um desenvolvimento económico e social do município do Sabugal, com taxas de execução muito baixas.

Na área de Educação, se por um lado, no ensino básico e secundário tem havido um investimento no tocante ao reforço dos recursos humanos e reabilitação dos edifícios, como acabámos de verificar, já no ensino técnico profissional fica aquém do desejado.

Na área da saúde, é o que todos os munícipes conhecem, mas ficámos a saber que haverá melhorias.

No sector da agropecuária onde está um plano de regadio para o nosso concelho de apoio ao desenvolvimento e incentivo aos nossos agricultores e fixação de novos? O Porquê de não alargar o regido a todo o município em vez destas três freguesias com um plano intermunicipal? Relembro que os concelhos vizinhos já o fizeram para além de ser uma medida mitigadora de combate aos incêndios.

No tocante aos investimentos nas infraestruturas rodoviárias ficam aquém do expectável. Continuamos sem ligações estruturantes, à A25, A23 e a Espanha nota falta de conexões entre as

sedes de freguesia, não tendo um Projeto Novo e Relevante, no orçamento de 2026, são obras que vêm do passado e que se pretendem concluir nos próximos anos, sem a garantia de serem concluídas, como é o caso da ligação Sabugal-Guarda que não vai trazer grandes vantagens em termos de distância tempo, uma vez que não é mais do que uma retificação de curvas e alargamento de três obras de arte.

Pelo exposto, este orçamento é igual na sua essência ao anterior, não deixando de ser populista e não havendo por isso motivos para alterar o sentido de voto expresso pelos vereadores do Partido Socialista- **Não Favorável**

Ponto 2 - Grandes Opções do Plano 2026-2031

Esta visão redutora e de gestão corrente é uma enorme frustração para o município do Sabugal. Não apresenta uma medida com uma proposta de um projeto estruturante. Não contempla uma medida inovadora. Os projetos estruturais não existem para o próximo ano, relativamente aos tempos que correm apresenta lacunas na área da transição energética e na área da transição ambiental.

Em resumo e não estando reunidas as condicionantes que consideramos fundamentais, os membros da AM do Partido Socialista decidiram votar no presente ponto em discussão- **Não Favorável**

Anexo 11

Grupo Municipal do Partido Socialista Declaração de Voto – Pontos 1, 2 e 8 da Ordem do Dia

“1. ORÇAMENTO E GOPS

Os membros do PS na Assembleia Municipal do Sabugal acompanham a tomada de posição dos vereadores do PS na Câmara Municipal do Sabugal, votando contra a proposta de orçamento e Grandes Opções do Plano.

Os documentos apresentados ainda que do ponto de vista técnico cumpram com os pressupostos a que são obrigados revelam politicamente a ausência de uma estratégia clara para o desenvolvimento do concelho do Sabugal.

A velha maioria do PSD continua sem definir prioridades apresentando um orçamento que pressupõe ir ao encontro de todas as necessidades, mas que ao não priorizar investimentos caminha como no passado para ir de encontro com uma estratégia exequível. Para esse facto contribui o histórico de execuções orçamentais que ao longo dos anos revela que aquilo que se define como investimento de capital em orçamento e nas grandes opções do plano invariavelmente apresenta em prestações de contas taxas de execução que traduzem falta de capacidade para executar o que se propõe.

Desta análise resulta que o a confiança nas opções apresentadas em orçamento e grandes opções do plano é reduzida e que como em anos anteriores será traduzida em mais recuos aquando da avaliação da execução em prestação de contas.

É tempo de perceber que o concelho necessita de muito mais do que cumprir os mínimos exigíveis, o concelho precisa de uma gestão com capacidade para muito mais do que mera gestão corrente com pontuais investimentos de capital.

Nessa linha de pensamento os membros do PS na Assembleia Municipal do Sabugal reforçam as linhas de pensamento apresentadas pelos vereadores do PS, reforçando a necessidade de olhar para a albufeira do Sabugal como um pilar de desenvolvimento essencial do concelho. Garantir

a preservação do território e cumprir e pugnar para que se cumpra o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios. Construir e desenvolver ações que tornem a valorização das aldeias uma ferramenta essencial da ação política. Cumprir o plano de marketing territorial e através dele desencadear as ações necessárias para que valorização turística do município, reforçando e ampliando o trabalho dos agentes privados no território.

O apoio às empresas e setor agrícola não deve ser apresentado como um conjunto de medidas de apoio ao dispor do cidadão, é necessário compreender as dificuldades dos empresários. O Sabugal precisa de muito mais do que regulamentos de apoios, construir uma verdadeira agência de desenvolvimento “Sabugal Investe” com capacidade para no terreno ajudar a enfrentar os desafios da empresa é essencial.

Não basta escrever ou prever medidas no terreno para os problemas da habitação.

De que serviu a estratégia municipal da habitação se no terreno a sua execução não se concretiza.

Os membros do PS na Assembleia Municipal do Sabugal consideram fundamental que se criem condições de diálogo que priorizem o diálogo e debate na apresentação do orçamento e grande opções do plano. A velha maioria PSD continua a apresentar as propostas de orçamento e grandes opções do plano de forma individual e sem procurar consensos ou linhas comuns que se possam traduzir no papel soluções estruturadas para o concelho.

Por todos os motivos apresentados e porque se considera necessário um novo rumo para o Sabugal o voto dos membros do PS na Assembleia Municipal do Sabugal não pode ser outro.

2. MAPA DE PESSOAL APAL

Os membros do PS na assembleia municipal do Sabugal advertem para a necessidade de melhor apresentação dos documentos que sustentam a proposta.

Apesar de se considerar que a informação apresentada é suficiente, consideramos que deve ser apresentada pela APAL uma nota expositiva clara sobre o conteúdo funcional de cada lugar previsto no mapa de pessoal.”

Anexo 12

Declaração de Voto – Pontos 1 e 2 da Ordem do Dia – Grupo Municipal do Partido Chega

“O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, ao abrigo do Artigo 42.º do Regimento desta Assembleia, apresenta uma declaração de voto escrito sobre os pontos 1. e 2. da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 19 de dezembro de 2025, referentes à apreciação das propostas do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026, em que votaram contra os dois diplomas por não se rever e discordar dos referidos documentos.

O Grupo Municipal do Partido Chega discorda substantivamente das soluções propostas por considerar desadequadas para o Concelho do Sabugal e por, mais uma vez, ser apresentada uma proposta de orçamento em que as despesas correntes representam 66,42% da despesa total.

Esta situação cria enormes constrangimentos ao investimento da Câmara para satisfação das necessidades dos Sabugalenses e para o desenvolvimento do Concelho, e que será extremamente agravada nos anos seguintes.

No curto prazo, conforme os dados apresentados na proposta de orçamento, as receitas totais cairão, já em 2027, para €28.998.278,00 o que significa que as despesas correntes serão mais

de 81% do orçamento e, em 2030, as despesas correntes representarão mais de 86% da despesa total.

O voto contra do Grupo Municipal do Partido Chega às propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano também se fundamenta nos custos com pessoal, que representam 26,1% do orçamento, para 305 colaboradores em funções dos 370 previsto pelo quadro de pessoal, o que, sendo providos todos estes lugares, levará a um acréscimo dos custos em valor absoluto e, com a redução de receitas prevista no orçamento plurianual, implica um forte aumento do peso dos custos com pessoal nos orçamentos futuros.

Também a verba incluída nas sub-rubricas "Outros" das diversas rubricas do Orçamento, que ultrapassa os 7 milhões de Euros, oferece uma opacidade tal que não permite ao Grupo Municipal do Partido CHEGA outra opção que não seja o voto contra a essas duas propostas.

Termos e fundamentos que levaram a que o Grupo Municipal do Partido Chega tenha votado contra as referidas propostas de Orçamento para 2026 e de Grandes Opções do Plano para 2026.

Sabugal, 19 de dezembro de 2025."

Anexo 13

Declaração de Voto – Ponto 4 da Ordem do Dia – Grupo Municipal do Partido Chega

“O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, ao abrigo do Artigo 42.º do Regimento desta Assembleia, apresenta uma declaração de voto escrito sobre o ponto 4. da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 19 de dezembro de 2025, referente à apreciação do Artigo 30- da Norma de Execução do Orçamento Municipal para 2026, em que votou contra a referida proposta por não se rever e discordar dos seus termos e finalidades.

O Grupo Municipal do Partido Chega considera que este artigo da Norma de Execução do Orçamento Municipal para 2026, ainda que seja uma recomendação do Tribunal de Contas, levanta algumas questões de carácter processual e político que impedem a sua aprovação por este Grupo Municipal.

No seu ponto 1, refere que passa a ser autorizada pela Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual quando os valores forem além dos 99.759,58€, que são da competência do Presidente de Câmara, e os 200.000€. Ou seja, o intervalo entre 99.759,58€ e 200.000€ fica aprovado a partir desta votação, com as regras definidas nos números 2 e 3 do mesmo artigo.

No entendimento do partido CHEGA, a transparência é uma das regras básicas da administração pública. A aprovação deste artigo permite a transferência plurianual dessa verba sem discussão no órgão deliberativo municipal, limitando essa transparência.

Sendo da opinião que tudo o que ultrapasse a competência do Presidente de Câmara deverá ser discutido e votado na Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do Partido Chega vota contra esta proposta.

Termos e fundamentos que levaram a que o Grupo Municipal do Partido Chega tenha votado contra a proposta de redação do Artigo 30- da Norma de Execução do Orçamento Municipal para 2026.

Sabugal, 19 de dezembro de 2025."



O Presidente da Assembleia, _____
Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, _____
Isabel Gonçalves
Isabel Gonçalves